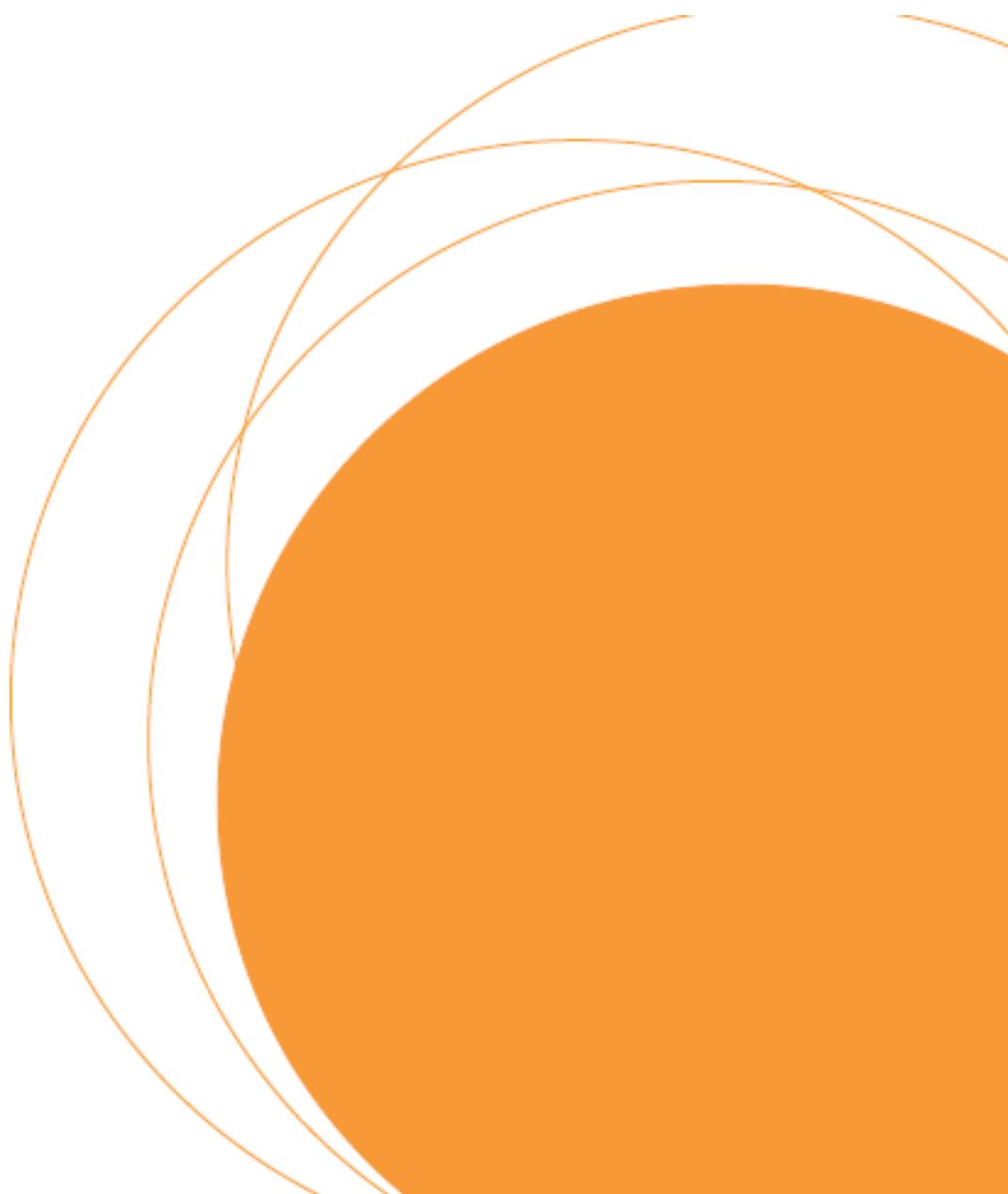


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2016





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Miguel Filipe Silva

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO EXECUTIVO	4
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO	8
C – METODOLOGIA	9
D – COBERTURA DAS MEDIDAS	16
OBJETIVO 1.....	16
OBJETIVO 3.....	26
OBJETIVO 4.....	30
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	41
OBJETIVO 5.....	46
OBJETIVO 6.....	47
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	51
CONTEÚDOS.....	51
PARCERIAS.....	54
PÚBLICOS	55
ENTIDADES FINANCIADORAS	60
COBERTURA GEOGRÁFICA	64
CONCLUSÕES	68
G – ANEXOS	76
ANEXO 1	77
ANEXO 2	82
ANEXO 3	85
ANEXO 4	86
ANEXO 5	88

LISTA DE SIGLAS

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ONGD)

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESE-IPB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

ESE-IPCB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

ESECS-IPL - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPLx - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ESE-IPPg - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

ESE-IPS - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

FCLx – Fundação Cidade de Lisboa (ONGD)

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GEED - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento

GENE - Global Education Network Europe

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RostoSol - Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidarietà e Promoção (ONGD)

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE - União Europeia

WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2016, uma vez que através do Despacho n.º 9815/2015, o período de vigência da ENED e do correspondente plano de ação foi prorrogado até 31 de dezembro de 2016, e é um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento. Com as informações e conclusões plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Não tendo existido um processo de Planificação para 2016, uma vez que os atores estavam concentrados no processo de Avaliação Externa Final da ENED, a metodologia de recolha de dados do presente relatório sofreu alterações relativamente aos anos anteriores, tendo sido enviado, a todas as instituições envolvidas no processo de monitorização do Plano de Ação (PA) da ENED, um questionário *online* para ser preenchido com os dados das atividades realizadas.

No presente relatório foram recebidos 88 questionários com informação relevante sobre atividades/projetos realizados ao longo de 2016, menos 22 do que no ano anterior, tendo esta situação condicionado os valores absolutos de todo o relatório.

Receberam-se respostas das instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, de todas as demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED (embora uma tivesse reportado a não execução das atividades previstas), de 26 ONGD registadas na Plataforma Nacional (embora 8 tenham reportado a não execução de atividades de ED), e de 10 Escolas Superiores de Educação (embora 2 tenham reportado a não execução de atividades de ED). Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que tivemos 3 ONGD a menos a participar no relatório. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED. Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com as oito que já têm participado nos relatórios anteriores, tendo sido ainda realizado um alargamento a outras, que resultou na resposta de mais duas ESE. A ARIPESE mantém-se, desde o relatório do ano passado, como promotora e executante de atividades.

Foram reportados 43 (49%) projetos de ED (mais 8 do que no ano anterior, aumentando 17% a sua percentagem no peso total), 10 (11%) atividades inseridas nouro tipo de projetos (verificam-se menos 22 questionários relativamente ao ano anterior, correspondendo a uma queda percentual de 18%) e 35 atividades avulsas (menos 8 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 40% das grelhas preenchidas, de um total de 88 (menos 22 do que em 2015, mantendo a tendência de decréscimo do número de questionários respondidos verificada desde 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada anteriormente).

Na distribuição dos questionários por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto; no entanto, o objetivo 1, anteriormente o menos coberto, passa para segundo objetivo mais referenciado; o objetivo 3 e o 4 apresentam-se, também pela primeira vez, com o mesmo número de questionários.

No objetivo 1, dedicado à capacitação e diálogo institucional, há a salientar desde logo o aumento de projetos reportados na área da Educação para o Desenvolvimento (de 6 para 11). As variações verificam-se sobretudo no aumento do número de projetos pelas ONGD (de 3 para 7). Importante salientar que este aumento sucede numa tendência de diminuição do número de entidades a reportar e do número de inquéritos submetidos. As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a presença notória das Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA) da ENED e o pouco relevo das ESE.

No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantêm-se as tendências gerais relativamente aos projetos de ED, verificando-se um aumento global dos projetos de ED - há o aumento de 1 projeto da parte das ESE e das ESPA e de 2 projetos nas ONGD. Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: o desaparecimento total de atividades inseridas nouro tipo de projetos, contrariando a tendência de aumento de 2015, e a manutenção das atividades não inseridas em projeto que, apesar de uma ligeira descida (de 19 para 15), se mantêm relevantes. De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem.

No objetivo 3, dedicado à educação não formal, no presente relatório, é de salientar a diminuição da presença das ESPA ENED. A contribuição das ESE mantêm-se igual ao relatório de 2015 e a presença das ONGD é similar (passa de reportar 9 projetos para reportar 8). Os valores referentes às atividades inseridas nouro tipo de projeto diminuem acentuadamente quer da parte das ESPA quer da parte das ONGD.

O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Os dados relativos a 2016 permitem-nos registar que se contrariou a tendência de diminuição no número de projetos reportados, voltando-se aos 10 projetos de 2014 mas mantendo-se apenas os projetos realizados pelas ONGD. Verifica-se uma diminuição das atividades não inseridas em projeto e das inseridas noutra tipo de projeto.

Salienta-se o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos nos objetivos 3 e 4.

Foi ainda realizada uma análise da informação recolhida através dos questionários, de acordo com critérios específicos: conteúdos, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível dos conteúdos analisados, a observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos que no relatório do ano anterior, embora, pela diminuição do número de dados recolhidos, seja necessário um ajuste nos intervalos a considerar: temáticas mais trabalhadas, com mais de 45 referências, temáticas mediamente trabalhadas (entre 20 a 45 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 20 referências. Os grupos sofreram apenas ligeiras alterações, mantendo-se os temas do desenvolvimento, educação e direitos humanos como os mais referidos.

Conclui-se, a exemplo do ano anterior, que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 80% (mais 5% do que no ano anterior) dos projetos são realizados em parceria, na linha do verificado no relatório relativo a 2015.

Relativamente aos públicos, verifica-se a predominância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC.
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes, comunicação social e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

De salientar, o aumento de referências ao “setor privado”, no objetivo 1; a aposta forte na formação de docentes (público que se destaca) e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar, no objetivo 2; a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes” e o aumento acentuado da “comunicação social”, muito referenciada pelas ONGD; a manutenção da “população geral” como público

com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível um aumento das referências aos “decisores técnicos e políticos” pelas ONGD.

Relativamente às entidades financiadoras, verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as autarquias, as fundações, as entidades de ensino, “outras entidades públicas” e outras de âmbito nacional.

Quanto à cobertura geográfica, salienta-se o valor significativo das atividades integradas nas categorias “nacional”. De uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância da Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar, no entanto, as referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma presença de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Os valores relativos às Regiões Autónomas mantêm-se, tendo sido alvo apenas de uma referência. Nos dados recolhidos junto das ESE, observa-se uma distribuição dos dados mais diversificada, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional, havendo uma maior concentração de dados da região Norte.

Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2016: um Relatório de Acompanhamento (2015), dois encontros entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, vários encontros com subgrupos das mesmas e 12 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

Durante o ano concretizou-se ainda o processo de Avaliação Externa Final da ENED, realizado por uma equipa da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, e do qual resultou um Relatório que está disponível *online*¹.

¹ http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/avalened_relafinal.pdf

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento dos relatórios dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2016.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED.

C – METODOLOGIA

Dado o despacho que procedeu ao prolongamento da vigência da ENED e do protocolo de colaboração entre as Entidades Subscritoras do PA da ENED até dezembro de 2016, o presente relatório refere-se às atividades que tiveram lugar no último ano da execução do Plano de Ação da ENED, o mesmo ano em que decorreu o processo da sua Avaliação Externa Final.

Uma vez que este processo se prolongou ainda durante o ano de 2017, e para não sobrecarregar as entidades, os dados foram recolhidos após o encerramento do Relatório de Avaliação Externa Final da ENED, tendo a recolha de dados decorrido durante o mês de maio.

Não tendo existido um processo de Planificação para 2016, a metodologia de recolha de dados do presente relatório sofreu alterações relativamente aos anos anteriores, tendo sido enviado, a todas as instituições envolvidas no processo de monitorização do PA da ENED, um questionário *online* para ser preenchido com as atividades realizadas.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED² e das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED³ que têm vindo a contribuir para a execução da ENED. A ARIPESE, associação que congrega treze Escolas Superiores de Educação nacionais, voltou a reportar atividades enquanto tal, não delegando apenas a execução das atividades nas ESE, o que se sublinha como um sinal bastante positivo. Uma das ESPA ENED, o IPDJ, informou que não foi possível executar as atividades previstas.

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área, e as treze Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE⁴.

Manteve-se a opção por não alargar a recolha de dados a outros atores, para manter alguma homogeneidade face a anos anteriores.

² O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

³ APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

⁴ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2.

Ficou ainda definido que, a exemplo dos relatórios anteriores, os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividade de ED, dinamizador da ENED e participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

Foram contactadas 60 ONGD registadas na Plataforma nacional acima referida⁵ (menos 6 instituições registadas do que no ano anterior), tendo sido possível recolher respostas de 26 organizações (menos 2 do que no ano passado, tendo-se, no entanto, mantido a percentagem de respostas - 43%)⁶. Oito instituições (13%) informaram que não realizaram atividades de ED e dezoito (30%, contra os 32% do relatório do ano anterior) foram respostas positivas, com o envio dos seus dados para tratamento.



No campo das ESE, foram contactadas as treze associadas da ARIPese, sendo que foi conseguida a resposta de 10 instituições⁷, mais duas do que no ano anterior.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório, 49 entidades (4 entidades da CA, 10 restantes entidades subscritoras do PA da ENED, 26 ONGD e 10 ESE)⁸.

⁵ De registar que o número das ONGD registadas na Plataforma Nacional sofreu uma diminuição, havendo menos 6 organizações inscritas naquela entidade.

⁶ Para mais informações consultar Anexo 2.

⁷ De Bragança, Castelo Branco, de Leiria, de Lisboa, de Portalegre, do Porto, Santarém e de Viana do Castelo. As ESE de Coimbra e do Algarve responderam ao contacto informado não ter realizado atividades de ED durante o ano de 2016.

⁸ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2. O CIDAC reporta como ONGD, embora também pertença à CA ENED, daí o desfazamento dos números totais.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que se perdeu o reporte de 3 ONGD. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, apesar de uma entidade ter reportado não ter conseguido executar as atividades planeadas. De salientar a manutenção da ARIPese como promotora e executante de atividades, o que apenas tinha acontecido no ano anterior.

As relações com as ESE foram reforçadas através da manutenção dos laços estabelecidos e do envolvimento de novas ESE, embora não tenham ainda atividades para reportar dado o estado embrionário da ED nas suas instituições. De realçar que a ARIPese colocou na sua Planificação para 2016 um eixo estratégico dedicado à ED.

A exemplo dos relatórios anteriores, mantém-se a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED mas que não se encontram dentro da tipologia de entidades que definimos para o presente relatório.

Em termos gerais ainda é notório que quando os contactos são demasiado assentes numa pessoa individualizada nas organizações e o processo de institucionalização é mais fraco, o risco de se perder a participação da entidade é maior, uma vez que saindo a pessoa de contacto, consequentemente também se perde a entidade. No entanto, verifica-se que a institucionalização, em alguns casos, começa a ser mais forte e visível.

No processo de recolha dos dados, realizado através de um questionário *online* próprio para o efeito, seguiu-se a estrutura dos anos transatos, para se permitir a comparabilidade dos dados:

Secção 1 – Instituição
Pergunta 1 – Nome da instituição
Pergunta 2 – Tipo de instituição
Secção 2 – Atividade
Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro)
Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto
Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades
Pergunta 5 – Objetivo
- Medidas e tipologias
Secção 4 – Conteúdos
Pergunta 6 – Temáticas
Secção 5 – Promotores e parcerias
Pergunta 7 – Entidade Promotora
Pergunta 8 – Entidades Parceiras
Secção 6 – Públicos-alvo
Pergunta 9 – Públicos-alvo
Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma
Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade
Pergunta 11 – Financiadores
Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade
Secção 8 – Dados geográficos
Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade
- Local
Secção 9 – Outras informações
Pergunta 14 – Comentário final

Este ano manteve-se alguma dificuldade na recolha dos dados, tendo sido necessário alargar os prazos por diversas vezes.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança dos relatórios anteriores:

- numa primeira fase, fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com os existentes desde 2013, podemos afirmar que se mantêm os principais aspetos, dos quais gostaríamos de salientar:

- a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições, com a qual se obteve o seguinte gráfico, onde observamos que, das instituições que responderam ao

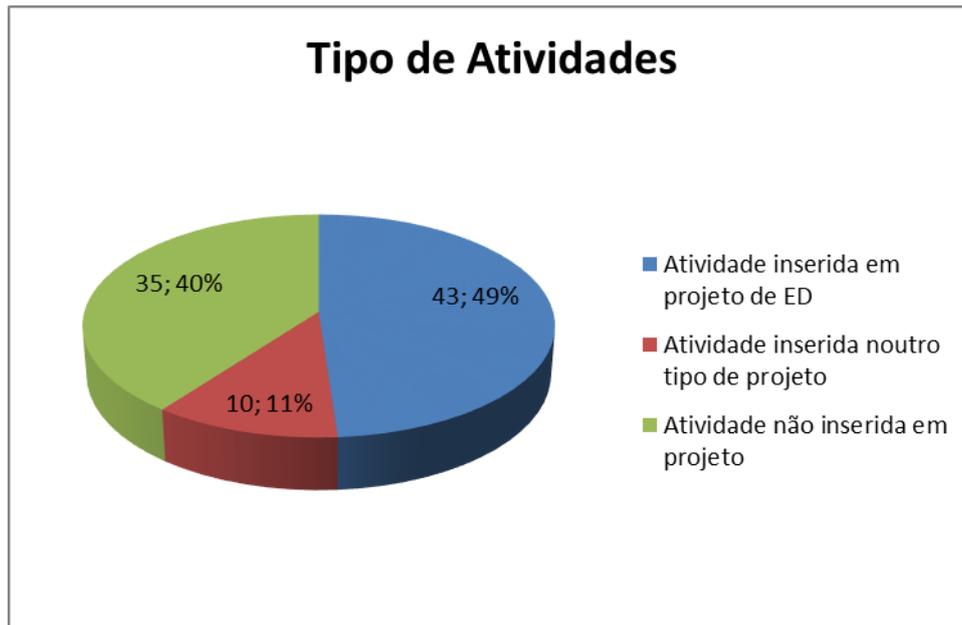
inquérito, 13 são públicas (38%) e 24 são privadas sem fins lucrativos (62%), mantendo-se, em termos gerais, a situação verificada no ano anterior⁹;



- a organização dos dados por três tipologias de “entrada” assentou em: reporte de projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutro tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto. Como este já é o quarto ano em que a recolha de dados é feita deste modo, podem realizar-se comparações mais seguras e não apenas por tendências.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:

⁹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 14 do Relatório de Acompanhamento 2015.



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que, num total de 88 questionários preenchidos, foram reportados 43 (49%) projetos de ED (mais 8 do que no ano anterior, aumentando 17% a sua percentagem no peso total), 10 (11%) atividades inseridas noutro tipo de projetos (verifica-se uma queda abrupta de 22 inquéritos relativamente ao ano anterior e uma queda percentual de 18%) e 35 atividades avulsas (menos 8 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto. Foram reportados menos 22 questionários do que em 2015, mantendo-se a tendência de decréscimo do número de inquéritos verificada desde 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada anteriormente¹⁰.

Seria interessante tentar perceber se este aumento no número de reporte de projetos de ED se refere, de facto, a um aumento da existência de projetos de ED em Portugal ou se os projetos já existiam em anos anteriores e não haviam sido reportados, e, a verificar-se, perceber quais foram os fatores que o motivaram.

Este ano, por falta do processo de Planificação de atividades para 2016, devido ao processo de Avaliação Externa Final em curso, não se pode realizar a comparação entre as atividades previstas e as atividades efetivamente realizadas.

A exemplo dos anos transatos, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo¹¹, constituindo as linhas mestras deste relatório.

¹⁰ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 15 do Relatório de Acompanhamento 2015.

¹¹ Anexo 1.

Verificou-se, mais uma vez, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – tem permitido um processo de aprendizagem a ter em conta no processo de Avaliação Externa Final e que terá ainda influência nas decisões a tomar relativas ao futuro da ENED.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1			CEAUP FGS RostoSol SOPRO
1.1.2	PPONGD	ESE-IPS ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF RostoSol
1.1.3	ARIPese ASPEA CIG PPONGD	ESE-IPS ESE-IPVC	AIDGLOBAL CEAUP FGS IMVF

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

		2016		
		Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	ARPESE ASPEA CIG PPONGD	ESE-IPS ESE-IPVC	CEAUP CIDAC FGS IMVF SOPRO UCCLA	
1.2.2	ARPESE ASPEA	ESE-IPVC	CEAUP CIDAC FGS UCCLA	

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

		2016		
		Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	CIG	ESE-IPS ESE-IPVC	CIDAC FGS SOPRO UCCLA	
1.3.2		ESE-IPVC	CEAUP FGS IMVF	

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
1.4.1	ARIPESE CIG	ESE-IPVC	CEAUP FGS SOPRO

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	APA ASPEA CIG	ESE-IPS ESE-IPVC	CEAUP FGS IMVF SOPRO

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	ARPESE CIG	ESE-IPS ESE-IPVC	SOPRO

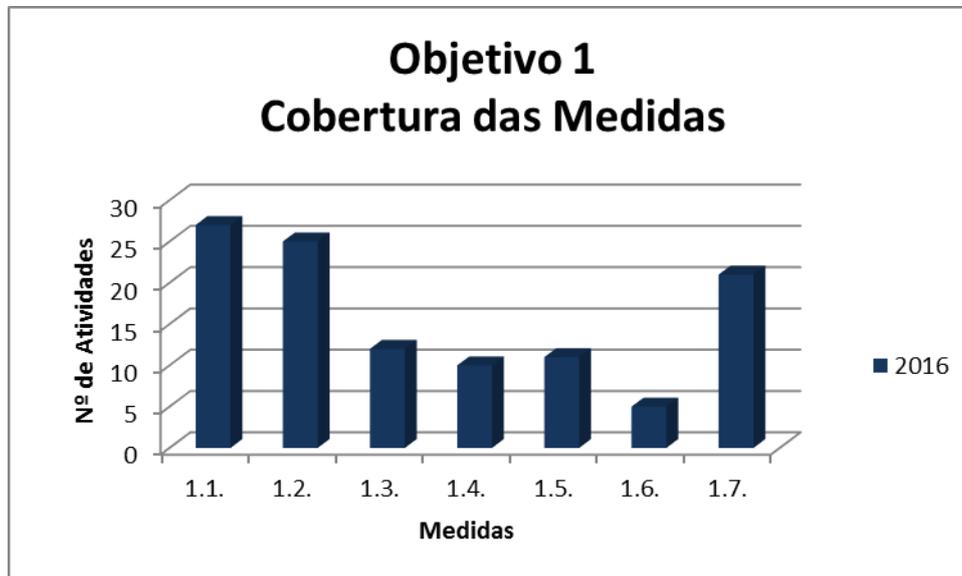
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	ACM ARPESE ASPEA CIG	ESE-IPS ESE-IPVC	CEAUP FGS IMVF UCCLA
1.7.2	ASPEA		CEAUP FGS IMVF UCCLA

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹²:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que, no objetivo em análise, apesar de se manterem as tendências gerais, se verificam algumas alterações. A salientar desde logo o aumento do número de referências no objetivo 1 – no ano anterior, a medida mais coberta atingia cerca de 15 referências enquanto neste relatório de 2016, as medidas mais cobertas ultrapassam as 25 referências.

As medidas que continuam menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. A medida 1.6 continua a ser a que apresenta valores mais baixos.

De realçar, face aos anos anteriores:

- o aumento verificado dos valores reportados nas medidas do objetivo 1 (de 75 referências para 111, recuperando a tendência ascendente dos anos anterior);
- uma nova alteração na medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.7, atividade de organização e dinamização de momentos de troca de

¹² Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 20 do Relatório de Acompanhamento 2015.

experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional, e passa a ser a 1.1, ligada à formação de agentes de ED;

- a manutenção da importância atribuída às medidas 1.1, 1.2 (criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED) e 1.7, referidas nos pontos anteriores, como as mais numerosas em todos os relatórios;

- a ligeira melhoria dos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações).

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1	-----	ESE- IPBç ESE-IPBCB ESE-IPP ESE-IPVC	-----
2.1.2	-----	ESE-IPBç ESE-IPPg ESE-IPP ESE-IPVC	-----

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	APEDI CNU DGE	ESE-IPBç ESE-IPVC	ADDHU AIDGLOBAL CEAUP CIDAC FGS UCCLA
2.2.2	CIG CNU	ESE-IPLx ESE-IPVC	CIDAC FGS IMVF MONTE RostoSol

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.3.1	APA APEDI CNU DGE	ESE-IPLx ESE-IPP ESE-IPPg ESE-IPVC	ADDHU ADPM CIDAC FGS Rosto Sol UCCLA
2.3.2	APEDI CNU	ESE-IPVC	ADPM
2.3.3	APEDI CNU	ESE-IPLx ESE-IPP ESE-IPVC	ADDHU ADPM AIDGLOBAL IMVF

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.4.1	CNU DGE	ESE-IPVC	AIDGLOBAL CIDAC MONTE UCCLA

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

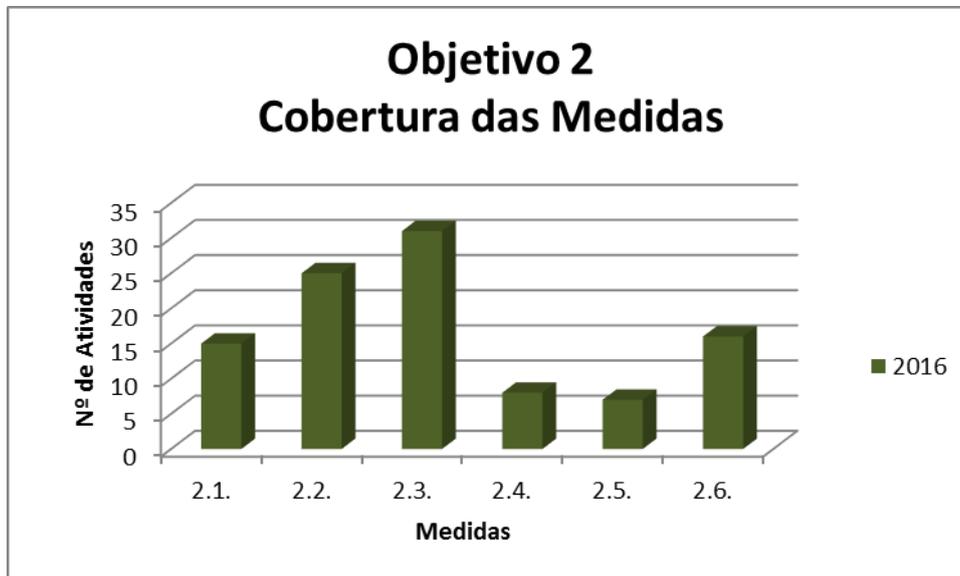
2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.5.1	APEDI	ESE-IPBç ESE-IPVC	ADDHU CEAUP CIDAC FGS

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.6.1	CNU	ESE-IPBç ESE-IPPg ESE-IPVC	ADDHU ADPM CIDAC FGS IMVF RostoSol SolSef UCCLA

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹³:



Neste objetivo há a salientar a diminuição dos valores absolutos gerais nas referências – de 117, em 2015, para 102, neste relatório. No entanto, mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3, relativa à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil, e o menor relevo das medidas 2.1, 2.4 (formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas) e 2.5. No entanto, há aspetos a salientar:

- a evolução da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes, possível de justificar por uma cada vez maior inclusão da ED nas Escolas Superiores de Educação;
- a manutenção da medida 2.5 como medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2016, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar de já se ter verificado um ligeiro aumento dos valores.

¹³ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 25 do Relatório de Acompanhamento 2015.

É de salientar, relativamente à medida 2.2.1, a conclusão e aprovação, em 2016, da elaboração do *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*¹⁴.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	APA	ESE-IPBç	AIDGLOBAL IMVF PAR WACT

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

¹⁴ A elaboração deste Referencial teve subjacente um Contrato – Programa celebrado entre a Direção-Geral da Educação, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o CIDAC e a Fundação Gonçalo da Silveira. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	APA	-----	AIDGLOBAL CEAUP CPR FGS Graal IMVF PAR RostoSol SolSef
3.2.2	CNJP	-----	CIDAC CPR IMVF PAR RostoSol

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1	CNJ	-----	CEAUP FGS IMVF PAR WACT
3.3.2	-----	-----	PAR WACT
3.3.3	CNJ	-----	CEAUP IMVF PAR WACT

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	CNJ	-----	FGS IMVF PAR RostoSol WACT

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

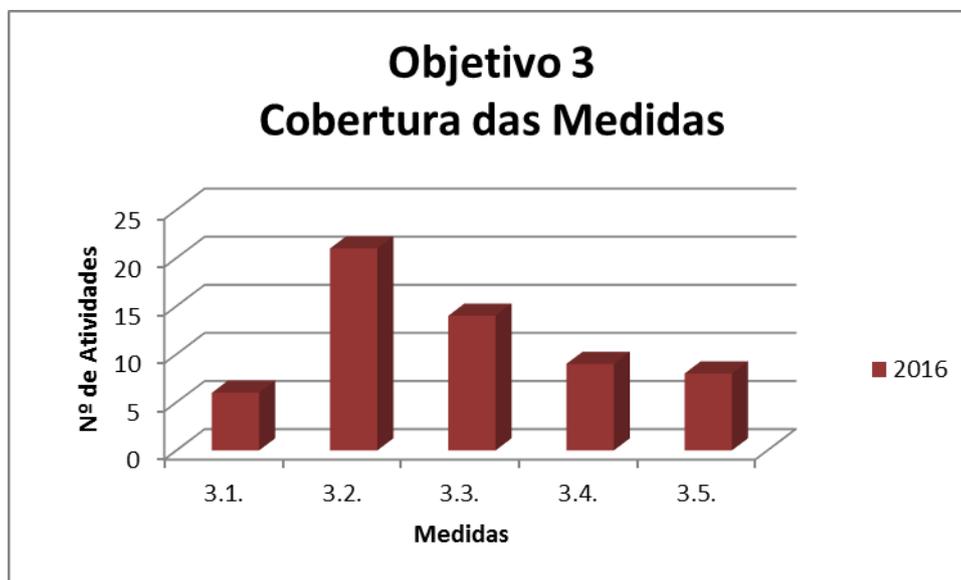
3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	CNJ CNJP	-----	CEAUP IMVF WACT
3.5.2	-----	-----	WACT
3.5.3	-----	-----	IMVF

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal¹⁵:



No presente relatório, manteve-se a tendência do relatório do ano anterior, assistindo-se, no entanto, a uma acentuada diminuição das referências, ao nível das medidas, no objetivo 3, tendo-se passado de 111, em 2015, para 58, no ano agora em análise, tendo este sido o ano em que este objetivo apresentou resultados mais baixos. No entanto, apesar da retração dos números absolutos, é interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas quase se mantêm:

- a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, como nos relatórios precedentes;
- as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, tendo-se juntado a estas a medida 3.5 dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional;
- a medida 3.3, formação de agentes de ED, mantém o seu lugar de segunda mais coberta, apesar de ter perdido em valores absolutos de referências.

¹⁵ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 28 do Relatório de Acompanhamento 2015.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	APA	ESE-IPVC	CIDAC FCLx FEC IMVF
4.1.2	-----	-----	ACEP FEC
4.1.3	-----	-----	ACEP CIDAC

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	PPONGD	-----	ACEP FEC FGS

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	-----	-----	ACEP CIDAC IMVF
4.3.2	-----	ESE-IPVC	ACEP CIDAC IMVF

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

	2016		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	-----	ESE-IPVC	AIDGLOBAL IMVF

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.5.1	-----	-----	ACEP AIDGLOBAL FEC FGS IMVF
4.5.2	APA	-----	FEC FGS

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.6.1	-----	-----	AIDGLOBAL FEC IMVF

Medida 4.7 Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

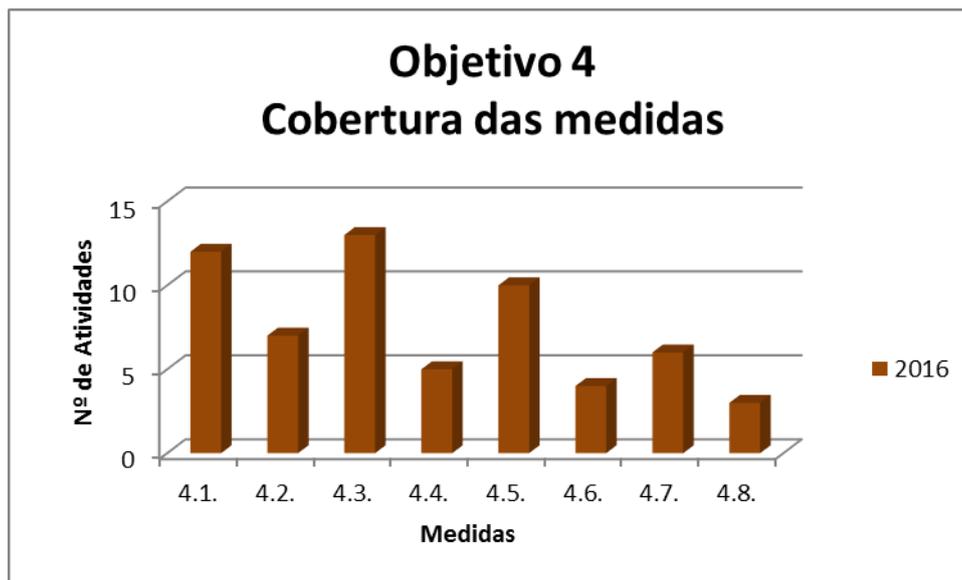
2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.7.1	-----	-----	ACEP FEC IMVF

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

2016			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.8.1	-----	-----	FEC IMVF

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, pudemos construir o seguinte gráfico¹⁶:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

¹⁶ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 33 do Relatório de Acompanhamento 2015.

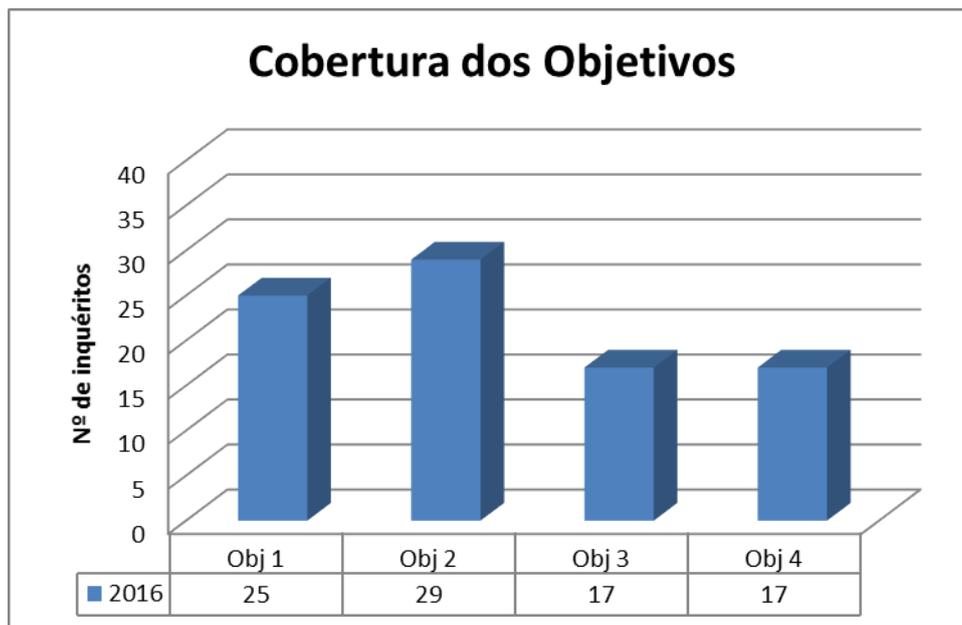
A análise deste gráfico permite-nos observar:

- uma diminuição do número de referências às medidas do objetivo 4, de 94 (em 2015) para 60, mantendo-se a tendência de retração verificada no relatório anterior;
- nas medidas dedicadas à sensibilização, assiste-se à manutenção da grande preponderância das medidas 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, verificando-se, no entanto, um trocar de posição entre as duas, o que prova um reforço do número de projetos dedicados ou envolvendo a comunicação social;
- as medidas 4.2 (promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores) e 4.4 (promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos) mantêm-se as que necessitam de maior intervenção no âmbito da sensibilização;
- dentro das medidas de influência política (medidas 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8) a medida 4.5, relativa à promoção de ações de influência política, mantém o seu lugar de destaque;
- a medida 4.7, relativa à promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas, vê o valor das suas referências aumentarem, seguindo talvez o argumento já apresentado do reforço dos projetos envolvendo a comunicação social.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de questionários preenchidos¹⁷:



Este gráfico permite-nos perceber que dos 88 questionários recolhidos, relativos às atividades/projetos realizados em 2016:

- 25 se inserem no objetivo 1 – 28.9% (contra 19, 17.7%, no relatório anterior);
- 29 no objetivo 2 – 33% (contra 37, 33.6%, em 2015);
- 17 no objetivo 3 – 19.3% (contra 28, 25.5%, no ano anterior);
- 17 no objetivo 4 – 19.3% (contra 25, 23.2%, em 2015).

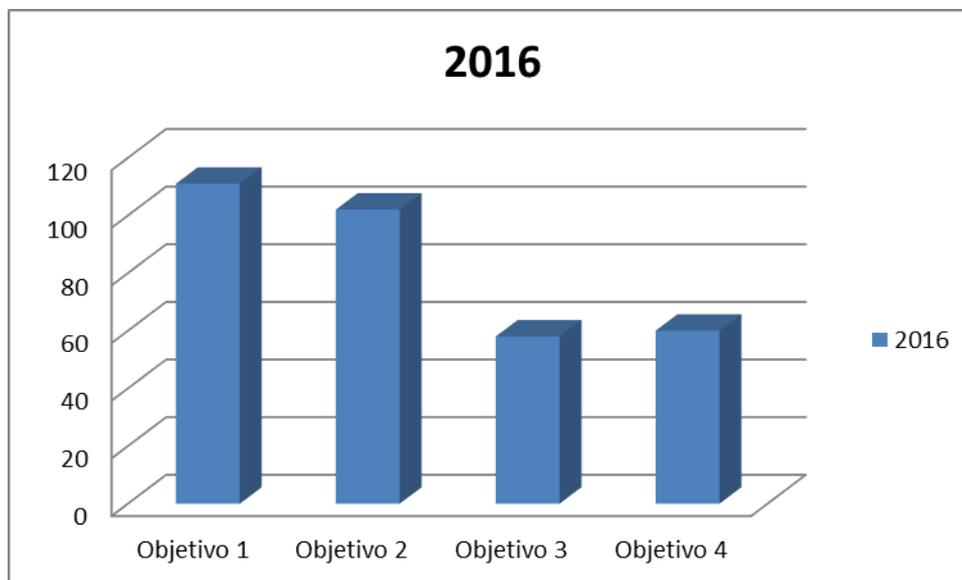
De salientar a diminuição global dos valores (relembre-se que no ano passado se tinham conseguido 110 inquéritos preenchidos) e uma nova distribuição dos inquéritos por objetivos – o objetivo 2 mantém-se o mais coberto; no entanto, o objetivo 1, anteriormente o menos coberto, passa para segundo objetivo mais referenciado; o

¹⁷ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 34 do Relatório de Acompanhamento 2015.

objetivo 3 e o 4 apresentam-se, também pela primeira vez, com o mesmo número de inquéritos.

Detendo-nos numa análise mais aprofundada da variação do peso relativo dos objetivos, em percentagem, percebe-se que o objetivo 1 aumentou substancialmente (de 19.7% para 28.9%); o objetivo 2 diminuiu ligeiramente, 3.6%; os objetivos 3 e 4 perderam peso percentual - de 25.5% para 19.3%, o objetivo 3, e de 23.2% para 19.3%, o objetivo 4.

Após uma análise dos inquéritos, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁸:

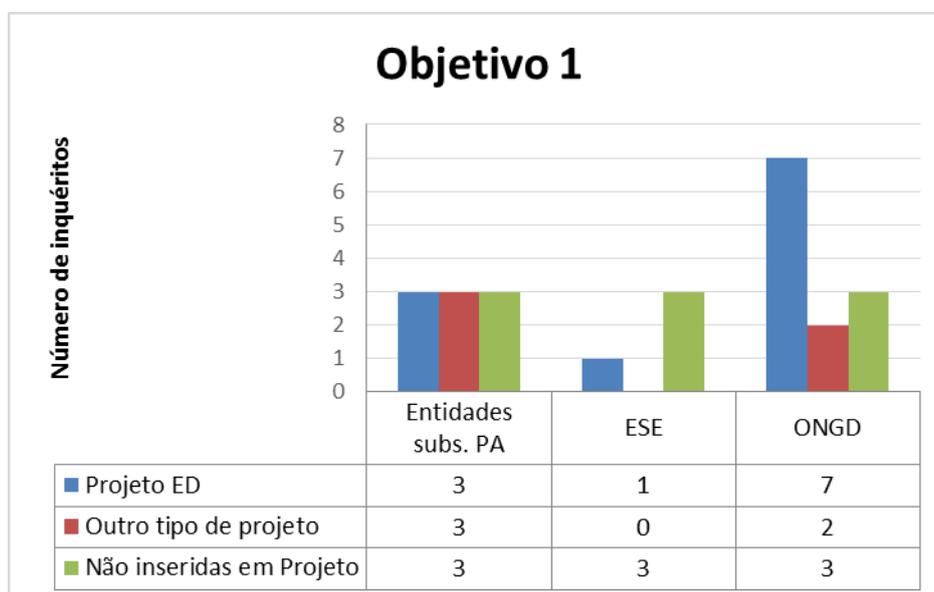


Verifica-se que, quer se faça uma análise por inquérito quer por número de referências as tendências mantêm-se estando os objetivos 2 e 1 em primeiro lugar e os 3 e 4 em último lugar. De salientar, no entanto, que há uma inversão dos primeiros lugares, apresentando-se o objetivo 1 com mais tipologias referenciadas. Recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta análise diferenciada.

A exemplo dos quatro últimos relatórios, desde 2012, com a introdução das três categorias de inquérito - referente a projeto ED, a atividades inseridas noutra tipo de projeto ou atividades não inseridas em projeto - podemos observar como se

¹⁸ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 35 do Relatório de Acompanhamento 2015.

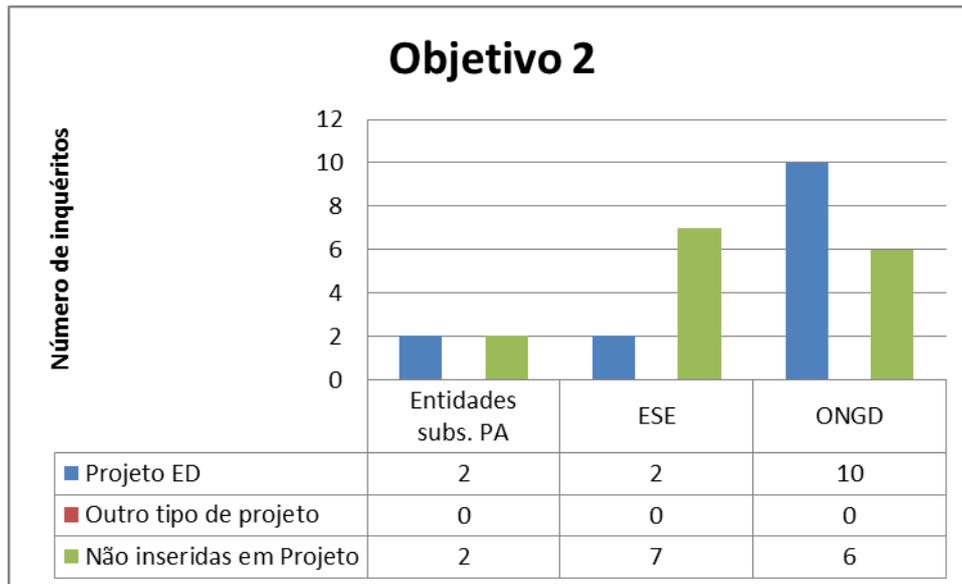
relacionam o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Observemos os dados:



Para o objetivo 1¹⁹ pode comprovar-se um aumento de projetos reportados na área da Educação para o Desenvolvimento (de 6 para 11). As variações verificam-se sobretudo no aumento do número de projetos pelas ONGD (de 3 para 7). Importante salientar que este aumento sucede numa tendência de diminuição do número de entidades a reportar e do número de inquéritos submetidos.

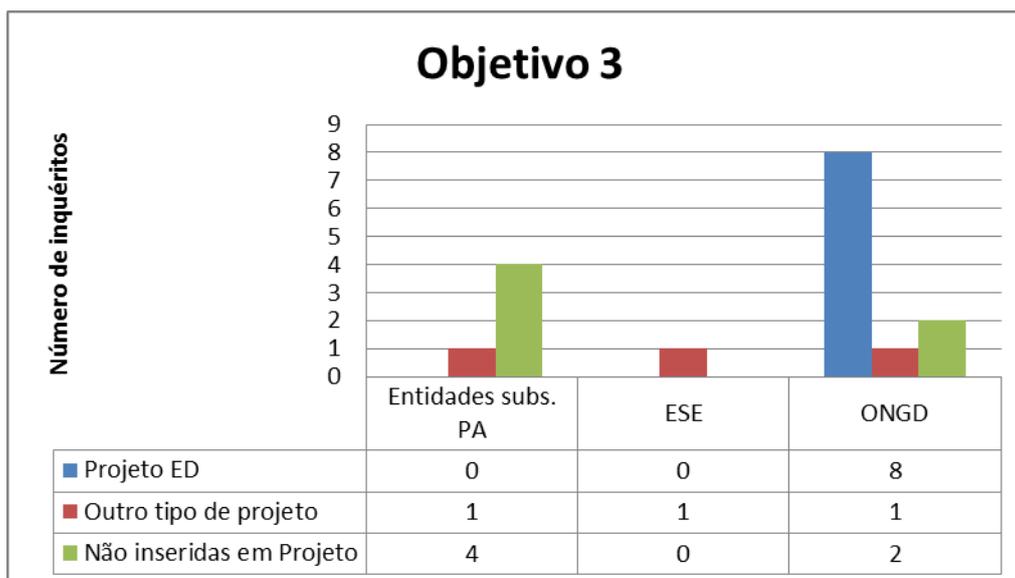
As outras tendências gerais mantêm-se, nomeadamente a presença notória das entidades subscritoras do PA da ENED e o pouco relevo das ESE.

¹⁹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2015.



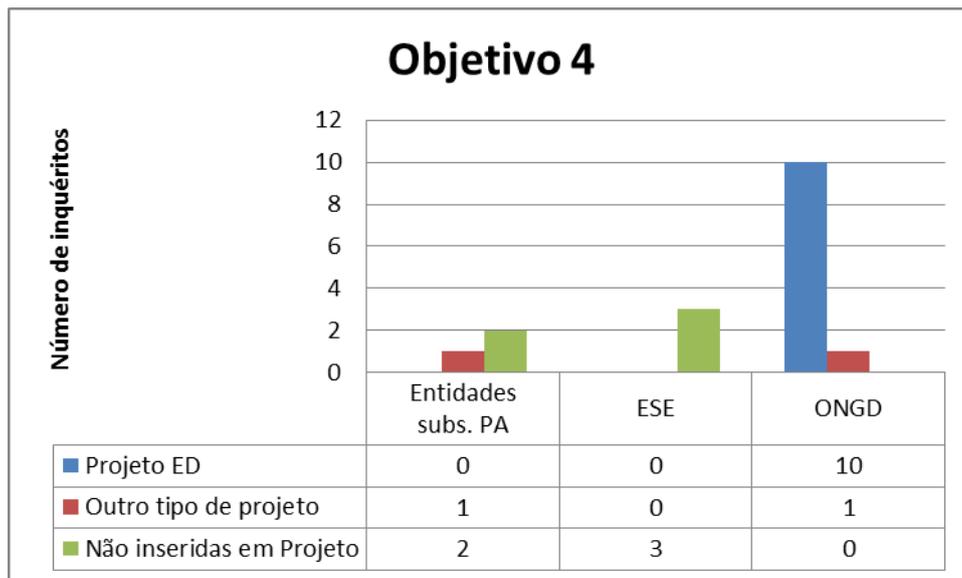
Relativamente ao objetivo 2²⁰, mantêm-se as tendências gerais relativamente aos projetos de ED, verificando-se um aumento global dos projetos de ED - há o aumento de 1 projeto da parte das ESE e das ESPA e de 2 projetos nas ONGD. Verifica-se, no entanto, as seguintes alterações: o desaparecimento total de atividades inseridas noutra tipo de projetos, contrariando a tendência de aumento de 2015, e a manutenção das atividades não inseridas em projeto que, apesar de uma ligeira descida (de 19 para 15), se mantêm relevantes.

De salientar que as ONGD são a tipologia de entidade que mais dados apresenta para este objetivo e que este é o objetivo para o qual as ESE mais contribuem, como seria expectável dado o carácter intrínseco das mesmas.



²⁰ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2015.

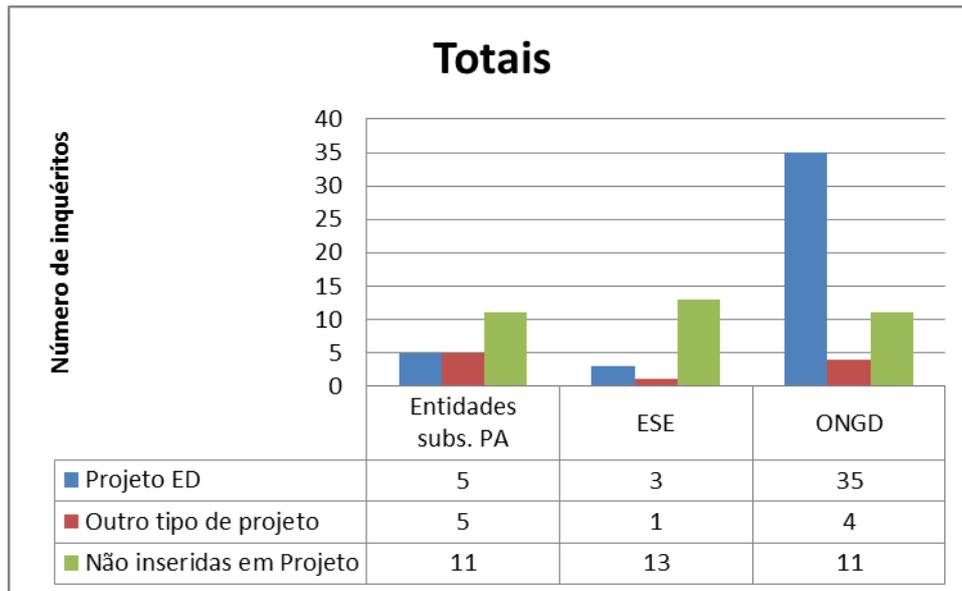
No objetivo 3²¹, dedicado à educação não formal, é de salientar a diminuição da presença das ESPA ENED. A contribuição das ESE mantém-se igual ao relatório de 2015 e a presença das ONGD é similar (passa de reportar 9 projetos para reportar 8). Os valores referentes às atividades inseridas noutro tipo de projeto diminuem acentuadamente quer da parte das ESPA quer da parte das ONGD. A predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo mantém-se.



Face ao objetivo 4²², contrariou-se a tendência de diminuição no número de projetos reportados, voltando-se aos 10 projetos de 2014 mas mantendo-se apenas os projetos realizados pelas ONGD. Verifica-se uma diminuição das atividades não inseridas em projeto e das inseridas noutro tipo de projeto. Mantém-se o papel preponderante das ONGD na execução de atividades/projetos neste objetivo.

²¹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 37 do Relatório de Acompanhamento 2015.

²² Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2015.



Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas²³, podemos verificar que:

- no geral, os valores absolutos diminuíram, o que pode corresponder também à diminuição do número de entidades respondentes e de dados recolhidos;
- as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa) ao nível do número de atividades, no geral, e em particular no número de projetos de ED, onde se verificou um acentuado reforço (de 28 para 35);
- ao contrário dos anos anteriores, o reporte de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED perdeu a sua expressividade (de 32 em 2015 para 10, no presente relatório);
- apesar da diminuição dos valores, mantém-se a expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto (de 43 em 2015 para 35 em 2016).

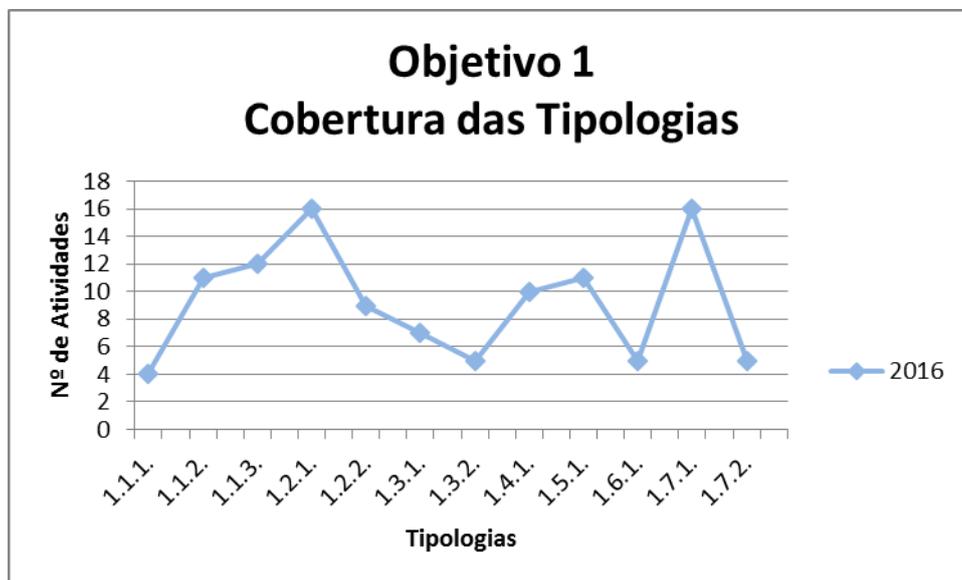
Como dado principal a salientar, considera-se o forte aumento do reporte do número de projetos pelas ONGD, o que mereceria, como já foi dito, um estudo mais aprofundado para encontrar as causas deste aumento.

²³ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2015.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1²⁴:



termos gerais, e como tem vindo a ser salientado, o objetivo viu os seus valores serem aumentados no relatório de 2016.

Mantêm-se as tendências positivas das tipologias 1.7.1, organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional, e 1.2.1, organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED.

As tipologias menos cobertas continuam a ser:

- a 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED;

²⁴ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2015.

- as 1.3.2 (incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal), 1.6.1 (referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED) e 1.7.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED) todas com o mesmo nível de reporte.

As principais alterações observáveis dentro do objetivo 1 são: o incremento das tipologias 1.1.2 (ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED), 1.1.3 (incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil) e 1.2.2 (referente à produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED).

Passando para o objetivo 2²⁵:

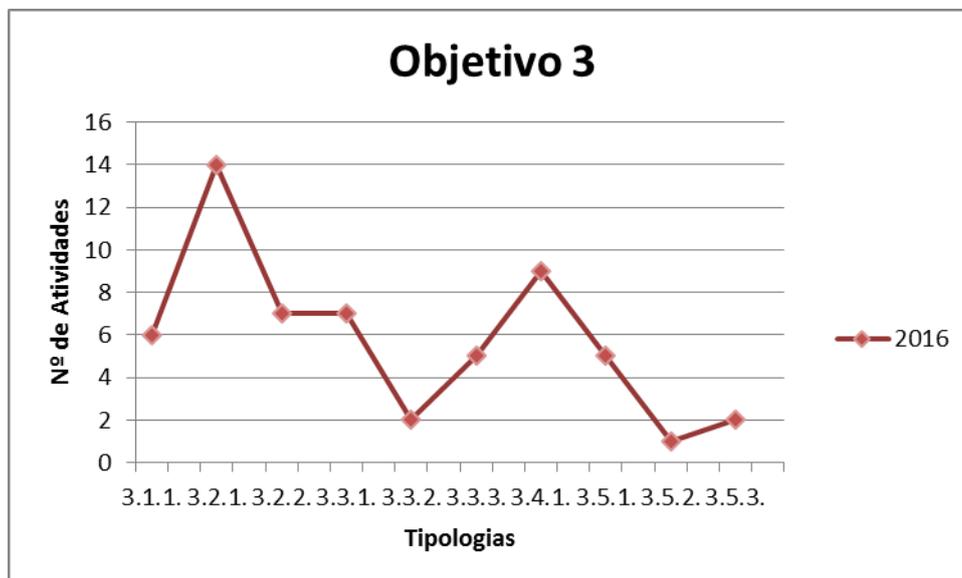


Relativamente ao objetivo 2 mantêm-se as tendências gerais, havendo, no entanto, alguns aspetos a salientar:

²⁵ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2015.

- a manutenção da primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação das tipologias e a sua grande abrangência;
- a tipologia 2.3.2 (promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados) diminuiu consideravelmente, tornando-se a tipologia menos referenciada dentro deste objetivo;
- a tipologias 2.1.1 (identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores), talvez pelo reforço do papel das ESE, sofreu um aumento, visível pela expressão dos dados;
- as tipologias 2.1.2 (conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores), 2.3.3 (promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados), 2.4.1 (conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores) e 2.5.1 (promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional).

As duas primeiras com ligeiros aumentos e as duas últimas com ligeiras diminuições, necessitam de maior atenção, uma vez que mantêm valores baixos.



O objetivo 3, dedicado à educação não formal, apresenta, como já foi referido, uma diminuição acentuada dos valores absolutos das referências, originando também algumas alterações na distribuição por tipologias de atividades²⁶.

De salientar:

- a manutenção da tipologia 3.2.1, criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED, como a mais referenciada;

- a manutenção da tipologia 3.4.1, referente à identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes, como segunda mais referenciada, apesar da diminuição visível dos valores;

- a diminuição acentuada da tipologia 3.1.1, dedicada à realização e apoio à divulgação de atividades entre organizações da sociedade civil e entidades públicas;

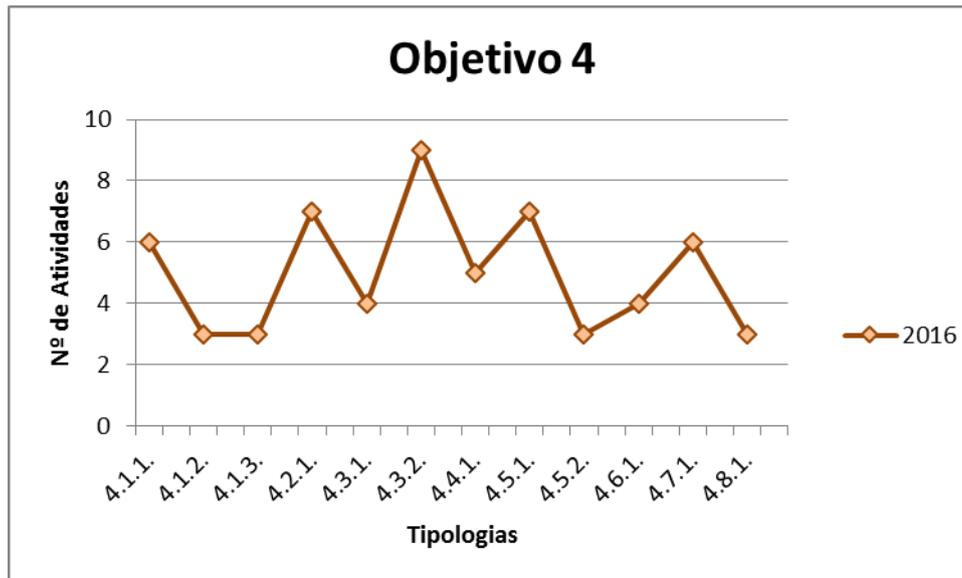
- o quase desaparecimento de referências às seguintes tipologias:

. 3.3.2 (sobre a organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social),

. 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal)

. e 3.5.3 (apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED).

²⁶ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 42 do Relatório de Acompanhamento 2015.



No objetivo 4²⁷, assiste-se a uma grande alteração do panorama do relatório do ano anterior. Veja-se:

- o surgimento da tipologia 4.3.2, referente a ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os *media*, como a mais numerosa;
- o acentuado decréscimo dos valores da tipologia 4.1.1, que a colocam num nível intermédio de cobertura, a par com outras tipologias, como a 4.2.1 (ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas), 4.5.1 (ações de influência política no quadro da ED) e 4.7.1 (ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*);
- o igual nível de cobertura das tipologias 4.1.2 (desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas), 4.1.3 (organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens), 4.5.2 (ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados) e 4.8.1 (participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais), colocam-nas, com o mesmo número de referências, nas posições menos cobertas.

De salientar que de acordo com os dados deste relatório, a grande discrepância anteriormente sentida entre a expressividade das tipologias dedicadas à sensibilização e a pouca expressividade das tipologias referentes à influência política esbateu-se.

²⁷ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 43 do Relatório de Acompanhamento 2015.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

OBJETIVO 5

Atividades de dinamização da ENED

5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED

	2016
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.1	n/a

Uma vez que o ano de 2016 apenas foi incluído no Plano de Ação da ENED por prolongamento da vigência do mesmo, não estava prevista a organização de Jornadas.

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

	2016
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.2	n/a

Uma vez que o ano de 2016 apenas foi incluído no Plano de Ação da ENED por prolongamento da vigência do mesmo, não estava prevista a organização de um Fórum.

OBJETIVO 6

Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED

6.1 Planificação da ENED

6.1.1 Exercícios de Planificação anual

	2016
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.1.1	n/a

Uma vez que o ano de 2016 apenas foi incluído no Plano de Ação da ENED por prolongamento da vigência do mesmo, não estava previsto o exercício de Planificação, tendo sido dada prioridade à Avaliação Externa Final da ENED.

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

2016	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.2.1	-
6.2.2	1
6.2.3	1

A tipologia 6.2.1 já estava cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED. Em 2012 foi criado um sistema de recolha de dados informatizado que permitiu responder a recomendações do relatório anterior, facilitando a recolha da informação e aumentando a sua fiabilidade.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizadas 12 reuniões de trabalho.

O grupo das entidades subscritoras do PA da ENED reuniu três vezes no ano de 2016, a 25 de fevereiro de 2016, com o objetivo de conversar sobre os relatórios anuais de atividades da ENED e sobre o processo de Avaliação Externa Final da ENED; a 13 de julho, para apresentação e discussão sobre as primeiras conclusões e recomendações do processo de Avaliação Externa Final da ENED; e a 13 de dezembro de 2016, onde se discutiram as conclusões e recomendações finais do referido processo de Avaliação Externa Final e se pensaram nos passos seguintes face ao novo quadro estratégico.

Durante o primeiro semestre, foram ainda feitos diversos contactos bilaterais e multilaterais entre as entidades no âmbito do processo de Avaliação Externa Final da ENED.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento²⁸. No ano de 2016, múltiplos foram os momentos em que se fez a menção ou a apresentação pública da mesma. Apresentamos alguns desses momentos:

2016
<ul style="list-style-type: none"> - Seminário Diplomático 2016 (Lisboa, 5-7 de janeiro); - Encontro Internacional “Sinergias para a Transformação Social – Diálogos sobre Desenvolvimento” (Lisboa, 12-13 de janeiro); - Seminário "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Consulta Pública junto da Sociedade Civil e Aliança para os ODS" (Lisboa, 20 de janeiro); - Encontro da FEC “Semear Portugal, Semear Angola – Soberania e Direito à Alimentação” (Lisboa, 18 de fevereiro); - Oficina da Plataforma Portuguesa das ONGD “Parcerias e Sinergias entre ONGD e outros Atores do Desenvolvimento: Mitos e Realidades” (Lisboa, 23 de fevereiro); - IX Sessão Plenária do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento (Lisboa, 25 de maio); - III Edição Congresso Internacional Cooperação e Educação (Lisboa, 27-29 de junho); - Conferência de Óscar Jara “Educação para a Cidadania Global: experiências na América Latina” (Lisboa, 8 de julho); - XI Encontro de Educação para a Cidadania Global (Lisboa, 9 de julho); - Seminário Internacional “Autarquias locais rumo a 2030: diálogos para o Desenvolvimento” (Lisboa, 3-4 de novembro); - Sessão de apresentação dos resultados das Linhas de Cofinanciamento para as ONGD (Lisboa, 16 de novembro); - Entrega dos Prémios de Investigação da F. Calouste Gulbenkian e Camões, I.P. e lançamento do livro do Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal (Lisboa, 21 de dezembro).

Durante o ano de 2016 foi redigido e apresentado o relatório de 2015²⁹, no âmbito do projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

²⁸ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4.

²⁹ O relatório pode ser acedido aqui: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relat_acomp_ened15.pdf

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2015
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1
6.3.2	-
6.3.3	1

Durante o ano de 2016 realizou-se o processo de Avaliação Externa Final da ENED, realizado por uma equipa da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, e do qual resultou um Relatório final, disponível através das seguintes ligações:

http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/avalened_relafinal.pdf

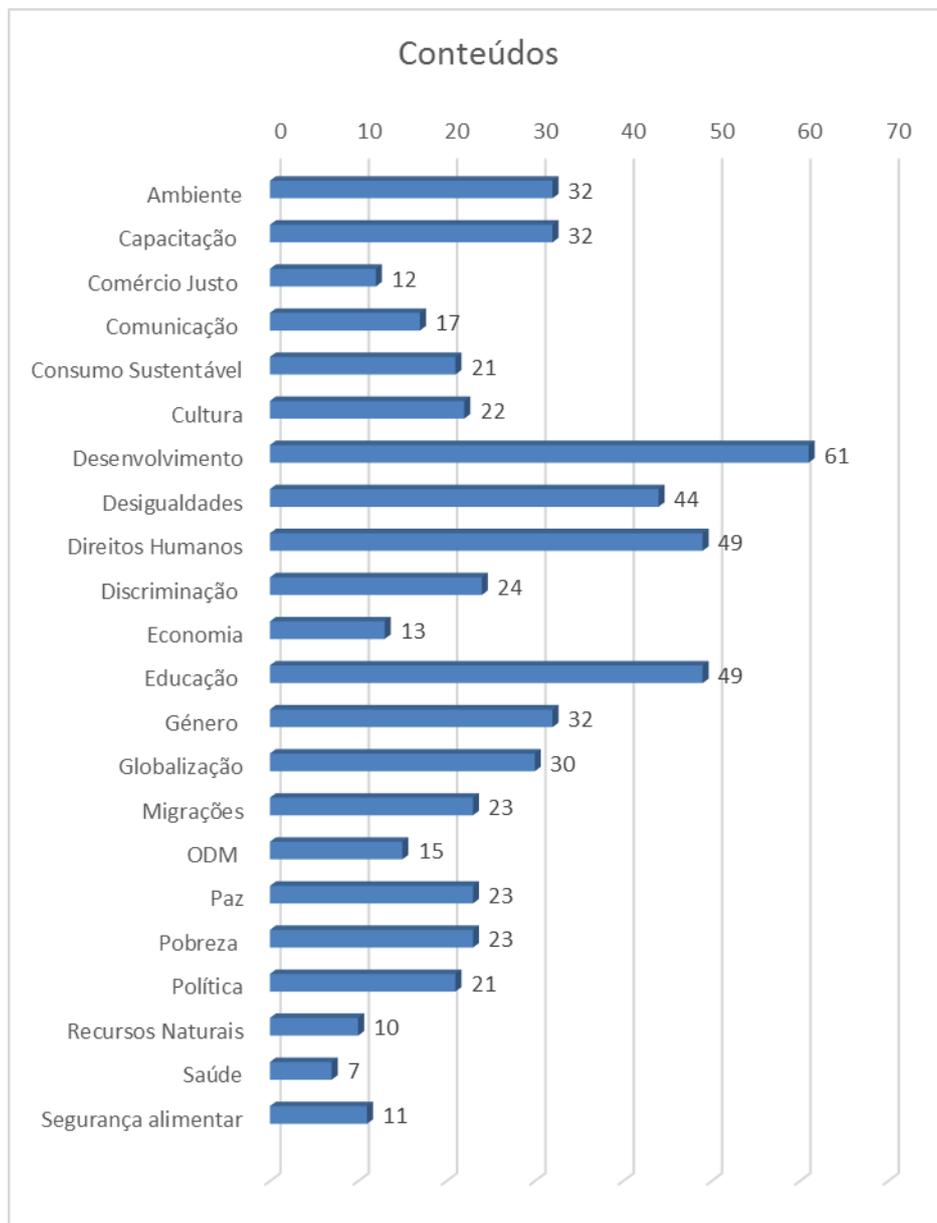
http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relataval_ened_anexs.pdf

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

No relatório relativo a 2016 voltamos a analisar os dados relativos aos conteúdos abordados pelas entidades nas suas atividades.

Observem-se os resultados obtidos³⁰:



³⁰ Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

A observação permite-nos identificar os mesmos 3 grupos que no relatório do ano anterior, embora, pela diminuição do número de dados recolhidos, seja necessário um ajuste nos intervalos a considerar (no relatório de 2015 estes foram até 30 referências, entre 30 e 60 referências e mais de 60 referências)³¹:

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 45 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos, as mesmas dos anos anteriores;
- temáticas mediamente referidas (entre 20 a 45 referências) – ambiente, capacitação, consumo sustentável, cultura, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização e pobreza; a este grupo juntam-se, este ano, migrações, paz e política;
- temáticas menos trabalhadas, até 20 referências – comércio justo, comunicação, economia, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2015, as referências aos ODM, o que é natural, uma vez que já estava em discussão a agenda 2030.

Uma vez que o inquérito permitia a possibilidade de acrescentar “outros”, assistiu-se a uma multiplicidade de outros temas sugeridos. Apesar de alguns poderem ser incluídos nas categorias anteriormente fixadas, achamos por bem identificá-los todos:

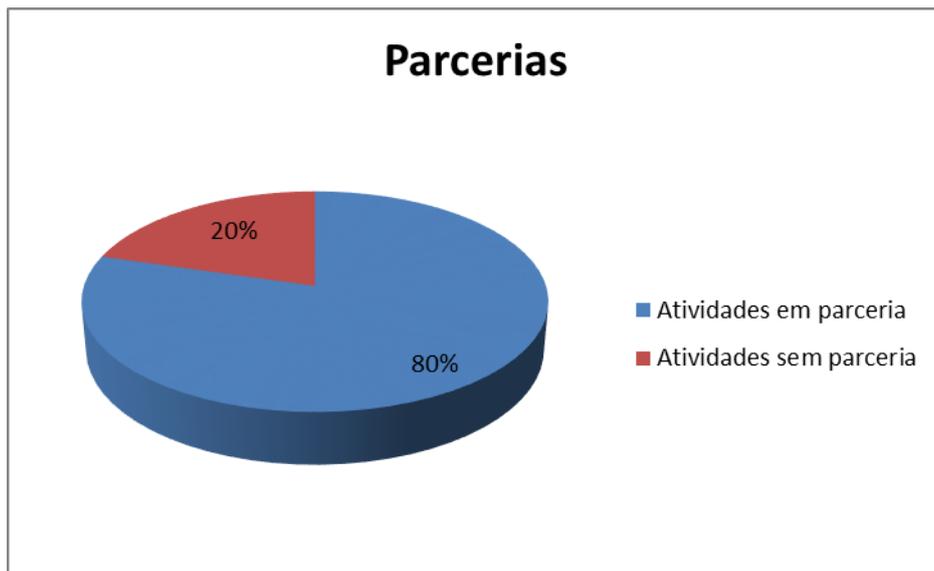
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (referidos 8 vezes)
- Justiça Social (referida 4 vezes)
- Participação (referida 2 vezes)
- Democracia (referida 2 vezes)
- Arte
- Cidadania
- Comércio e Financiamento
- Ecologia
- Educação para o Desenvolvimento
- Ética
- Filosofia
- Igualdade

³¹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 49 do Relatório de Acompanhamento 2015.

- Refugiados
- Responsabilidade Social
- Sustentabilidade
- Voluntariado
- Trabalho

PARCERIAS

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores observou-se a tendência sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico³²:



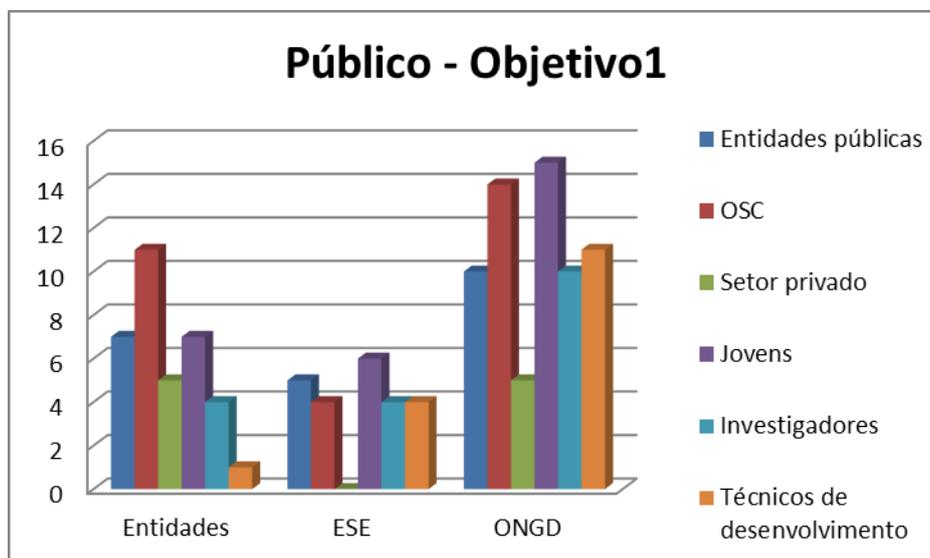
Da análise dos dados recolhidos, observa-se a tendência dos anos anteriores, com um número muito expressivo dos projetos/atividades a serem executados em parceria - 80% -, sendo que apenas 20% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo dos anos anteriores, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

³² Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 51 do Relatório de Acompanhamento 2015.

PÚBLICOS

Na categorização por públicos mantiveram-se as categorias encontradas e validadas nos relatórios anteriores. Salienta-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2016 foram encontrados os seguintes dados:



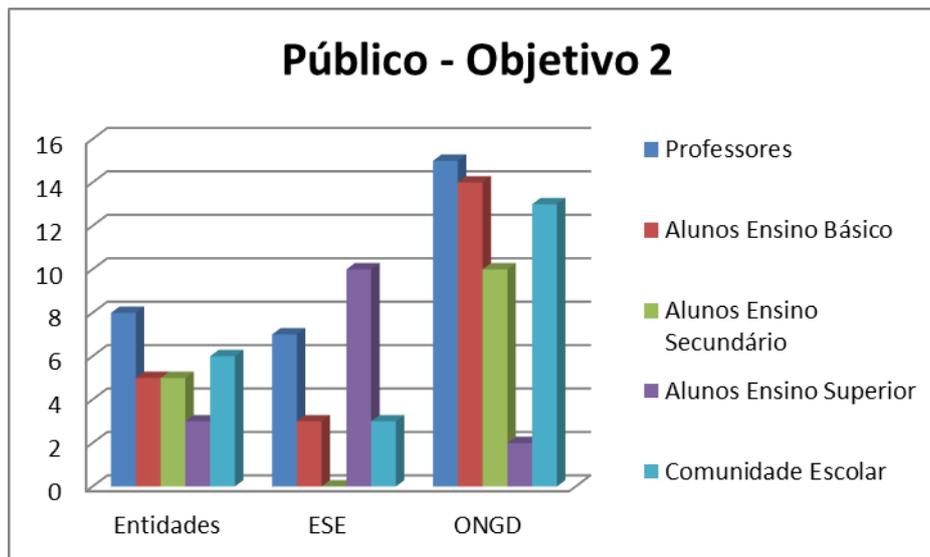
Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1, pode-se salientar, face aos dados de 2015³³:

- nas entidades subscritoras do PA da ENED, um aumento significativo dos valores referente às “OSC” e ao “Setor Privado” e a diminuição dos “Técnicos de Desenvolvimento”;
- nas ESE, o aumento dos “Jovens” e a diminuição dos “Investigadores” e “Técnicos de Desenvolvimento”.
- o peso significativo dos valores relativos às ONGD, com um aumento significativo no “Setor Privado” e nos “Investigadores”;

³³ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 52 do Relatório de Acompanhamento 2015.

É importante reportar a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário³⁴:



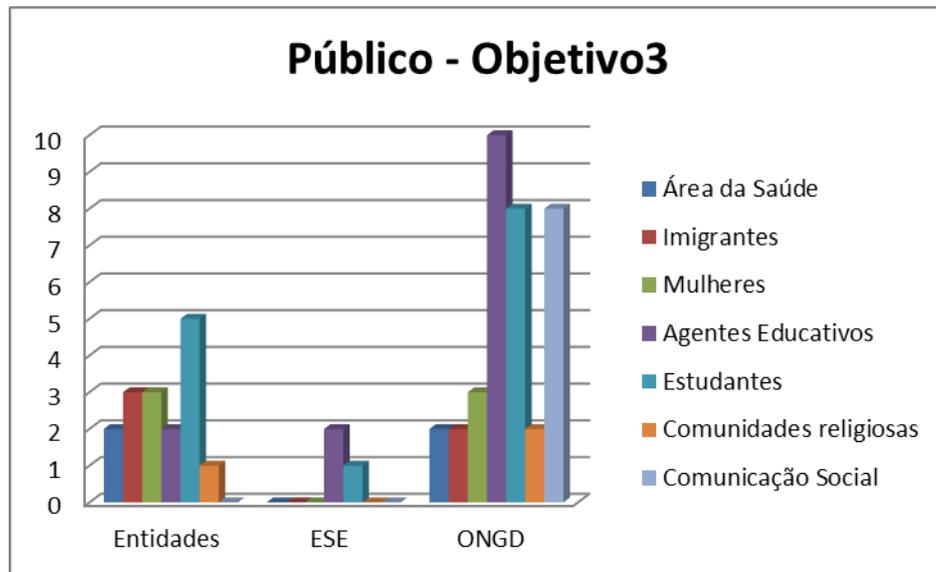
Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes, discentes do ensino básico, secundário e superior e restante comunidade escolar.

Salienta-se:

- a diminuição das referências realizadas pelas entidades. De concluir ainda a relevância dada aos docentes e à comunidade escolar como um todo;
- as ESE confirmam as tendências que já vêm desde 2012: os/as estudantes do ensino superior como público de eleição e a presença significativa do trabalho com docentes;
- as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De salientar a sua aposta forte na formação de docentes (público que se destaca) e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal³⁵:

³⁴ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 53 do Relatório de Acompanhamento 2015.



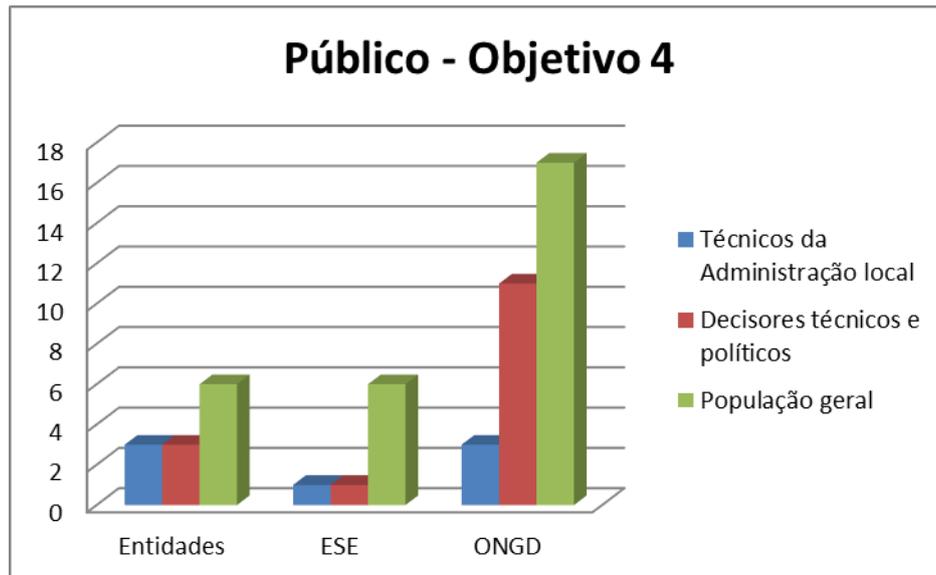
Mantém-se a observação da especialização de algumas entidades, sendo o público marcado pela missão das próprias instituições.

De realçar a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes”, sendo, nas ESE e nas ONGD o público mais referido, e, ainda, o aumento acentuado da “comunicação social”, muito referenciada pelas ONGD.

Tenham-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4³⁶:

³⁵ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 54 do Relatório de Acompanhamento 2015.

³⁶ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 55 do Relatório de Acompanhamento 2015.



Este objetivo, como referido, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é de esperar que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, mantêm-se as tendências verificadas nos relatórios anteriores: a “população geral” é o público com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível um aumento das referências aos “decisores técnicos e políticos” pelas ONGD.

É possível ainda concluir que o contributo das ESE para o objetivo 4 não é muito expressivo e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral, a exemplo dos anos anteriores.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

- Agências de Turismo
- Agentes da Guarda Nacional Republicana, da Marinha e da Polícia de Segurança Pública
- Associações de imigrantes e seus descendentes
- Associações Juvenis
- Autarquias

- Colégios e outras obras da Companhia de Jesus;
- Crianças e famílias
- Educadores ambientais e futuros educadores ambientais
- Educadores sociais e futuros educadores sociais
- Grupos/coletividades informais
- Hipermercados
- Jovens militantes de partidos políticos
- ONG Ambientais
- Organizações culturais
- Professores e educadores de infância, futuros professores e educadores de infância
- Iniciativas Locais de Mudança e Redes de trabalho colaborativo
- Refugiados
- Técnicos sociais
- Universidades
- Técnicos de Museus e Visitantes de Museus

Ao contrário das tendências nos anos anteriores para uma diminuição do número de alternativas apresentadas (em 2014 diminuem para 14 e em 2015³⁷ para 7), este ano atingem-se 20 opções.

³⁷ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar os dados da página 55 e 56 do Relatório de Acompanhamento 2015.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu relevante no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

Mantiveram-se as categorias já utilizadas nos dois relatórios anteriores:

- União Europeia/Comissão Europeia/Conselho da Europa
- CICL³⁸
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de carácter Nacional
- Outros de carácter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas nestes gráficos não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

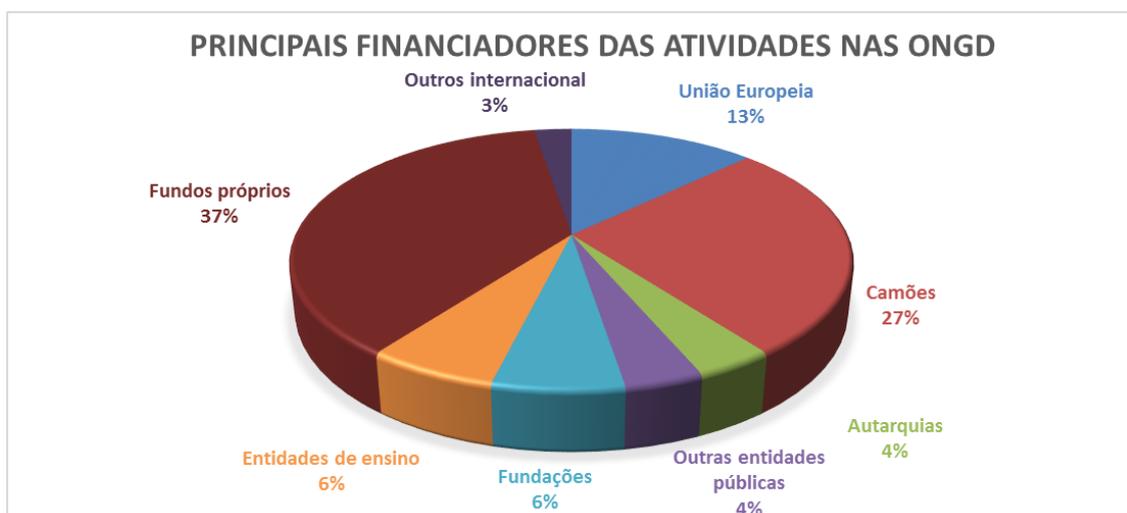
³⁸ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2016, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3.



Face ao ano anterior³⁹, verificam-se algumas e profundas alterações. Mantém-se a grande predominância dos valores de “fundos próprios”, mas com valores que passam dos 35% para 65%. No entanto, é importante recordar que, como algumas destas entidades são públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado. Assiste-se ao desaparecimento das referências à União Europeia, às Fundações e às entidades de ensino.

Em sentido contrário, assiste-se a um aumento das referências ao CICL (de 10% para 15%) e aos “outros internacional” (com referência à CPLP).

As Autarquias (10%) e as “outras entidades públicas” (5%) mantêm-se, apesar da baixa percentagem de referências, com identificação das Câmaras Municipais de Lisboa e de Viseu e do Ministério de Educação.



³⁹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 58 do Relatório de Acompanhamento 2015.

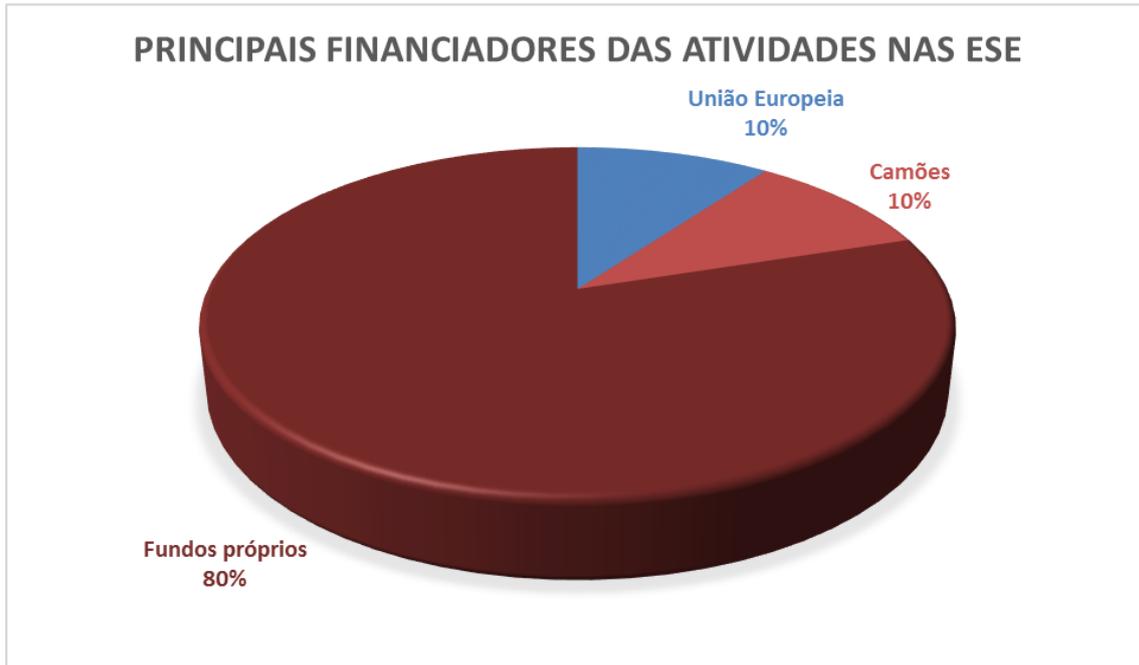
Assim, em 2016⁴⁰, para as ONGD, mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, tendo diminuído o seu valor percentual (de 43% para 37%), o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Esta preponderância das referências aos “fundos próprios” verificou-se em todos os relatórios de acompanhamento. Talvez seja importante lembrar que os principais financiadores assumem uma política de cofinanciamento o que força as entidades a procurarem outras fontes de financiamento e, muitas vezes, a utilizarem os seus fundos próprios.

Convém ainda destacar, para as ONGD, o papel preponderante do CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente (27%, tendo aumentado 4% face à percentagem do ano anterior, mantendo a tendência de reforço que tem sido visível) e a União Europeia (13%).

O valor atribuído às fundações (7%, aparecendo nomeadas a Fundação Calouste Gulbenkian 4 vezes e a Fundação Montepio 2 vezes) e às entidades de ensino (7%, sendo referenciados os Colégios Jesuítas Portugueses, a Reitoria da Universidade do Porto, o Centro de Formação Loures Oriental e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), ainda se destaca.

Como outras entidades públicas são referidos o ACM, o IPDJ e o CNJ; como Autarquias são identificadas a Câmara Municipal de Cascais, Santa Maria da Feira, Arruda dos Vinhos, Loures, Sobral de Monte Agraço, Mafra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira; como “outros internacional” há referência ao *EEA Grants* e à organização PROYDE.

⁴⁰ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 58 do Relatório de Acompanhamento 2015.



As ESE, enquanto entidades públicas com financiamento próprio (algum do qual vindo do orçamento de Estado) mantêm o seu carácter particular⁴¹ - volta a verificar-se a grande predominância dos “fundos próprios”, mantendo-se nos 80%. Seguem-se, com apenas uma referência cada, o CICL e a União Europeia.

⁴¹ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 59 do Relatório de Acompanhamento 2015.

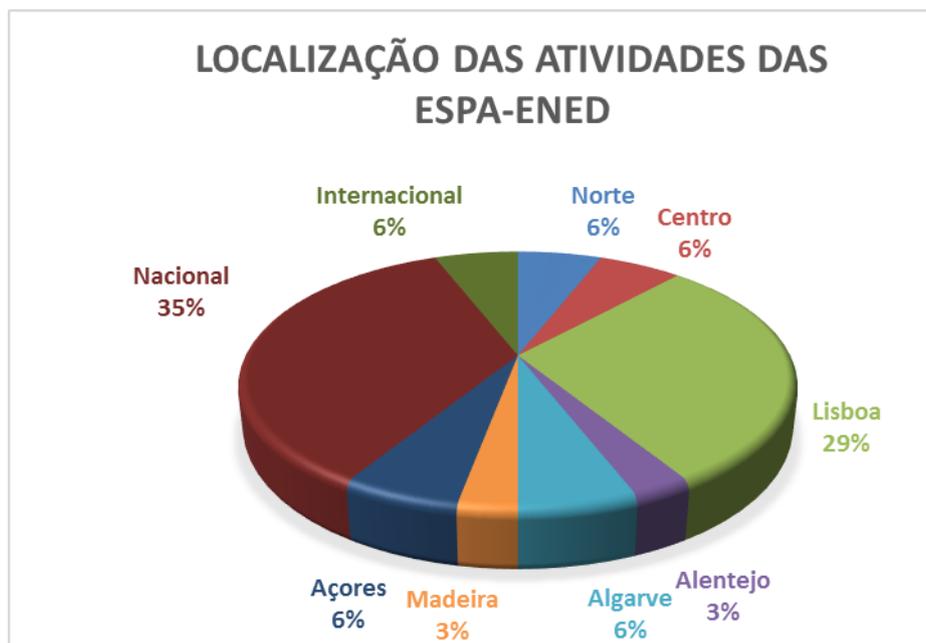
COBERTURA GEOGRÁFICA

Para a análise da distribuição geográfica das atividades/projetos reportados, manteve-se o critério estabelecido nos relatórios anteriores da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II⁴².

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, mantiveram-se ainda as Nacional e Internacional.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo dos relatórios anteriores, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴³:



⁴² Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

⁴³ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 60 do Relatório de Acompanhamento 2015.

Da observação do gráfico devem-se salientar algumas alterações: apesar das atividades de abrangência nacional se manterem como as mais expressivas, passam de 63% para 35%. A segunda área mais referenciada passa a ser Lisboa, que passa de 8% para 29%, o que não é facilmente explicável pela localização física da sede de grande parte das ESPA-ENED. É de salientar que estas duas áreas, juntas, perfazem quase 65% das referências.

Seguidamente, mas a larga distância, é possível encontrar a categoria internacional, que diminui para 6% de referências, e uma série de outras áreas geográficas que não apareciam identificadas no relatório do ano anterior – Norte, Centro, Açores e Algarve, com 6%, e Alentejo e Madeira, com 3%.



Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD⁴⁴, é possível observar:

- a manutenção da predominância do carácter nacional das atividades (sobe de 29% para 35%), seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território e o carácter significativo das atividades internacionais (passa de 19% para 23%). Importa salientar que o número muito significativo destas categorias pode prender-se com o facto de muitas das atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país ou mesmo internacionalmente;

⁴⁴ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 62 do Relatório de Acompanhamento 2015.

- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades - 24% das atividades/projetos -, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório;
- valores relativos à região Centro que passam de 5% para 8%, à região Norte de 11% para 7%, e à região Alentejo de 7% para 3%, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo;
- a ausência de valores relativos ao Algarve e às Regiões Autónomas.



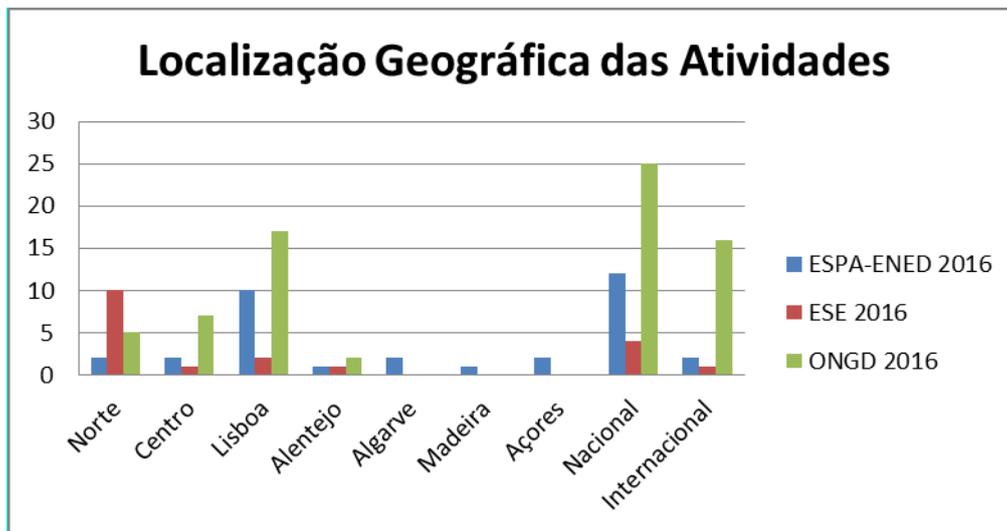
Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE⁴⁵, verifica-se que esta categoria apresenta uma distribuição dos dados menos concentrada, geograficamente, uma vez que as ESE respondentes se encontram distribuídas pelo território nacional – Bragança, Porto e Viana do Castelo, na região Norte, de Castelo Branco e de Leiria, na região Centro, de Lisboa, na região com o mesmo nome, e de Portalegre e Santarém, na região Alentejo.

Assim, a região Norte mantém a sua preponderância (passando mesmo de 48% para 53%). Lisboa (11%), Alentejo e Centro (ambas com 5%) surgem também referenciadas

⁴⁵ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 61 do Relatório de Acompanhamento 2015.

comprovando a proveniência geográfica das instituições de ensino superior acima mencionadas.

De salientar os valores expressivos das referências às categorias nacional e internacional, ambas somando 26% do valor total.



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (11 ESPA, 8 ESE e 18 ONGD)⁴⁶.

⁴⁶ Para uma leitura comparativa com 2015, consultar o gráfico da página 63 do Relatório de Acompanhamento 2015.

CONCLUSÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões.

Conclusões

- Metodologia de elaboração do relatório

Não tendo existido um processo de Planificação para 2016, a metodologia de recolha de dados do presente relatório sofreu alterações relativamente aos dois anos anteriores, tendo sido enviado, a todas as instituições envolvidas no processo de monitorização do PA da ENED, um questionário *online* para ser preenchido com os dados das atividades realizadas.

- Cobertura dos Objetivos

- No presente relatório foram recebidos 88 respostas ao questionário com informação relevante sobre atividades/projetos realizados, menos 22 do que no ano anterior, tendo esta situação condicionado os valores absolutos de todo o relatório.

- Na distribuição das respostas por objetivo, verificou-se a manutenção do objetivo 2 como o objetivo mais coberto; no entanto, o objetivo 1, anteriormente o menos coberto, passa para segundo objetivo mais referenciado; o objetivo 3 e o 4 apresentam-se, também pela primeira vez, com o mesmo número de respostas aos questionários.

- Ao nível da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores, as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (é de salientar também que é a tipologia de atores mais numerosa), nomeadamente no que se refere ao número de projetos de ED.

- Foi reportada a existência de 43 projetos de ED (mais 8 do que no ano anterior, reportados pelas ONGD), 35 nas ONGD, 2 nas ESE e 5 nas entidades subscritoras. É importante sublinhar a importância dos projetos face às outras tipologias, uma vez que cada um dos projetos engloba uma grande multiplicidade de atividades, estruturadas e continuadas no tempo. Ainda de reforçar que, para 2016, os projetos foram a tipologia de atividades com maior número de reporte.

- Ao contrário do ano anterior, o número de atividade de ED inseridas noutro tipo de projetos perdeu expressividade; tendo também diminuído o número de atividades reportadas como não inseridas em qualquer tipo de projeto.

- No objetivo 1, dedicado à capacitação e diálogo institucional, há a salientar desde logo o aumento do número de referências – no ano anterior, a medida mais coberta atingia cerca de 15 referência enquanto neste relatório de 2016, as medidas mais cobertas ultrapassam as 25 referências.

As medidas que continuam menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, continuam a ser as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. A medida 1.6 continua a ser a que apresenta valores mais baixos.

De realçar, face aos anos anteriores:

- . o aumento verificado dos valores reportados nas medidas do objetivo 1 (de 75 referências para 111, recuperando a tendência ascendente dos anos anteriores);

- . uma nova alteração na medida mais coberta deste primeiro objetivo, que deixa de ser a 1.7 (organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional), e passa a ser a 1.1 (formação de agentes de ED);

- . a manutenção da importância atribuída às medidas 1.1, 1.2 (criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED) e 1.7, referidas nos pontos anteriores, como as mais numerosas em todos os relatórios;

- . a ligeira melhoria dos valores relativos às medidas 1.4 (investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED) e 1.5 (criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações).

- No objetivo 2, dedicado à educação formal, há a salientar a diminuição dos valores absolutos gerais nas referências – de 117, em 2015, para 102, neste relatório. No entanto, mantêm-se algumas tendências, como a clara predominância da medida 2.3 (promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil), e o menor relevo das medidas 2.1, 2.4 (formação contínua para

profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas) e 2.5 (promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul).

No entanto, há outros aspetos a sublinhar:

- . a evolução da medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes, possível de justificar por uma cada vez maior inclusão da ED nas Escolas Superiores de Educação;

- . a manutenção da medida 2.5 como medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2016, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar de já se ter verificado um ligeiro aumento dos valores.

- No objetivo 3, dedicado à educação não formal, no presente relatório, manteve-se a tendência do relatório do ano anterior, assistindo-se, no entanto, a uma acentuada diminuição das referências, ao nível das medidas, tendo-se passado de 111, em 2015, para 58, no ano agora em análise, tendo este sido o ano em que este objetivo apresentou resultados mais baixos. No entanto, apesar da retração dos números absolutos, é interessante verificar que as tendências gerais da distribuição das referências pelas medidas quase se mantêm:

- . a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, como nos relatórios precedentes;

- . as medidas 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, e 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apesar de serem as únicas com um aumento do número de referências, mantêm-se como as menos expressivas dentro do objetivo, tendo-se juntado a estas a medida 3.5 dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional;

- . a medida 3.3, formação de agentes de ED, mantém o seu lugar de segunda mais coberta, apesar de ter perdido em valores absolutos de referências.

- O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a

sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Os dados relativos a 2016 permitem-nos registar:

- . uma diminuição do número de referências às medidas do objetivo 4, de 94 (em 2015) para 60, mantendo-se a tendência de retração verificada no relatório anterior;

- . nas medidas dedicadas à sensibilização, assiste-se à manutenção da grande preponderância das medidas 4.1 (informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização) e 4.3 (sensibilização através da comunicação social), verificando-se, no entanto, um trocar de posição entre as duas, o que prova um reforço do número de projeto dedicados ou envolvendo a comunicação social;

- . as medidas 4.2 (promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores) e 4.4 (promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos) mantêm-se as que necessitam de maior intervenção no âmbito da sensibilização;

- . dentro das medidas de influência política, a medida 4.5 (relativa à promoção de ações de influência política), mantém o seu lugar de destaque;

- . a medida 4.7 (promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas), vê o valor das suas referências aumentarem, seguindo talvez o argumento já apresentado do reforço dos projetos envolvendo a comunicação social.

- Análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e geográficos

- Conteúdos: a observação permite-nos agrupar os dados segundo as mesmas três categorias que no relatório do ano anterior, embora, pela diminuição do número de dados recolhidos, seja necessário um ajuste nos intervalos a considerar (no relatório de 2015 estes foram até 30 referências, entre 30 e 60 referências e mais de 60 referências):

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 45 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos, as mesmas dos anos anteriores;

- temáticas mediamente referidas (entre 20 a 45 referências) – ambiente, capacitação, consumo sustentável, cultura, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização e pobreza; a este grupo juntam-se, este ano, migrações, paz e política;

- temáticas menos trabalhadas, até 20 referências – comércio justo, comunicação, economia, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar. Diminuem, no ano de 2015, as referências aos ODM, o que é natural, uma vez que já estava em discussão a agenda 2030.
- Uma vez que o inquérito permitia a possibilidade de acrescentar “outros”, assistiu-se a uma multiplicidade de outros temas sugeridos (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - referidos 8 vezes; Justiça Social - referida 4 vezes; Participação - referida 2 vezes; Democracia - referida 2 vezes; Arte; Cidadania; Comércio e Financiamento; Ecologia; Educação para o Desenvolvimento; Ética; Filosofia; Igualdade; Refugiados; Responsabilidade Social; Sustentabilidade; Voluntariado; Trabalho).
- Parcerias: observou-se a mesma tendência da prática generalizada de trabalho em parceria verificando-se valores dentro da média dos anos anteriores - 80% projetos realizados em parceria (o relatório do ano anterior apresentava uma percentagem de 75%).
- Públicos: relevância dos seguintes públicos:
 - Objetivo 1 – Entidades públicas e OSC.
 - Objetivo 2 – Professores, alunos de três níveis de ensino (básico, secundário e superior) e comunidade escolar;
 - Objetivo 3 – Estudantes, comunicação social e agentes educativos;
 - Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem a ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referência aos tipos de público antes identificados.

De salientar, para cada objetivo:

- . 1, nas entidades subscritoras do PA da ENED, um aumento significativo dos valores referente às “OSC” e ao “Setor Privado” e a diminuição dos “Técnicos de Desenvolvimento”; nas ESE, o aumento dos “Jovens” e a diminuição dos “Investigadores” e “Técnicos de Desenvolvimento”; o peso significativo dos valores relativos às ONGD, com um aumento significativo no “Setor Privado” e nos “Investigadores”;
- . 2, a diminuição das referências realizadas pelas ESPA e a relevância dada aos docentes e à comunidade escolar como um todo; as ESE confirmam as tendências que já vêm desde 2012: os e as estudantes do ensino superior como

público de eleição e a presença significativa do trabalho com docentes; as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). De salientar a sua aposta forte na formação de docentes (público que se destaca) e a presença significativa de uma abordagem a toda a comunidade escolar.

. 3, mantém-se a observação da especialização de algumas entidades, sendo o público marcado pela missão das próprias instituições. De realçar a relevância dos “agentes educativos” e dos “estudantes”, sendo, nas ESE e nas ONGD o público mais referido, e, ainda, o aumento acentuado da “comunicação social”, muito referenciada pelas ONGD.

. 4, mantêm-se as tendências verificadas nos relatórios anteriores: a “população geral” é o público com mais referências nos três tipos de atores, sendo visível um aumento das referências aos “decisores técnicos e políticos” pelas ONGD.

Ao contrário das tendências nos anos anteriores para uma diminuição do número de alternativas apresentadas na possibilidade de inserir “outros” (em 2014 diminuem para 14 e em 2015 para 7), este ano atingem-se 20 opções.

- Entidades financiadoras: verifica-se, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma. Mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios” em todo o tipo de entidades, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as autarquias, as fundações, as entidades de ensino, “outras entidades públicas” e “outros nacional”. Note-se que as percentagens não concernem ao volume de financiamento, mas à frequência de referenciação das entidades financiadoras.

- Cobertura geográfica: salienta-se o valor significativo das atividades integradas nas categorias “nacional”. De uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância da Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar,

no entanto, as referências às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve mostrando já alguma presença de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo. Os valores relativos às Regiões Autónomas mantêm-se, tendo sido alvo apenas de uma referência. Nos dados recolhidos junto das ESE, observa-se uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional, havendo uma maior concentração de dados da região Norte.

▪ Conclusões gerais

- Receberam-se respostas das instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED, de todas as demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED (embora uma tivesse reportado a não execução das atividades previstas), de 26 ONGD registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, que tem 60 membros (embora 8 tenham reportado a não execução de atividades de ED), e de 10 Escolas Superiores de Educação, em 14 instituições públicas existentes (embora 2 tenham reportado a não execução de atividades de ED).

- Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que menos 3 entidades, todas ONGD, reportaram dados para análise. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED.

- Relativamente à participação das ESE, foi mantido o contacto próximo com as oito que já têm participado nos relatórios anteriores, tendo sido ainda realizado um alargamento a outras, que resultou na resposta de mais duas ESE. A ARIPESE mantém-se, desde o relatório do ano passado, como promotora e executante de atividades.

- Foram reportados 43 (49%) projetos de ED (mais 8 do que no ano anterior, aumentando 17% a sua percentagem no peso total), 10 (11%) atividades inseridas nouro tipo de projetos (verifica-se uma queda abrupta de 22 inquéritos relativamente ao ano anterior e uma queda percentual de 18%) e 35 atividades avulsas (menos 8 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto. De salientar que foram submetidos menos 22 questionários do que em 2015, mantendo-se a tendência de decréscimo do número de inquéritos verificada desde 2014, contrariando uma tendência ascendente verificada anteriormente

- Este ano, por falta do processo de Planificação de atividades para 2016, considerada a prioridade dada ao processo de Avaliação Externa Final em curso,

não se pode realizar a comparação entre as atividades previstas e as atividades efetivamente realizadas.

- Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2016: um relatório de acompanhamento (2015), dois encontros entre todas as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, vários encontros com subgrupos das mesmas e 12 reuniões da Comissão de Acompanhamento.

- Durante o ano de 2016 realizou-se o processo de Avaliação Externa Final da ENED, realizado por uma equipa da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto, e do qual resultou um Relatório que está disponível *online*⁴⁷.

⁴⁷ http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/avalened_relafinal.pdf

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2016
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED
- 5 - Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório de Acompanhamento da ENED - 2016

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;

- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: CICL; DGE; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2016.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito, tendo sido enviado um formulário *online* a cada entidade, para que pudesse preencher os respetivos dados.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta, prevendo-se o envio da 1ª versão do relatório à Comissão de Acompanhamento até ao dia 30 de junho de 2017.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;

- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;
- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das atividades, público a quem se dirigem, temáticas, responsáveis pela promoção, execução, parcerias e entidades financiadoras;
- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

O cronograma deste último ano de execução da atual ENED é o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante o mês de maio de 2017;
- Primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até 30 de junho de 2017;
- Versão final do relatório anual, após comentários da Comissão de Acompanhamento da ENED – durante o 2º semestre de 2017.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o

IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Comissão de Acompanhamento	Enviam
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Respondem enquanto financiador
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Respondem e enquanto ONGD
Direção-Geral da Educação	X
Plataforma Portuguesa das ONGD	X

Instituições Públicas	Respondem que não têm	Enviam
APA – Agência Portuguesa do Ambiente		X
ACM – Alto Comissariado para as Migrações		X
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género		X
Comissão Nacional da UNESCO		X
Instituto Português do Desporto e da Juventude	X	
Organizações da Sociedade Civil	Respondem que não têm	Enviam
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural		X
ARIPese – Associação de Reflexão e de Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação		X
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (delega na ASPEA)		X
Comissão Nacional Justiça e Paz		X
Conselho Nacional da Juventude		X

Escolas Superiores de Educação	Respondem que não têm	Enviam
Instituto Politécnico da Bragança		X
Instituto Politécnico de Castelo Branco		X
Instituto Politécnico de Coimbra	X	
Instituto Politécnico de Leiria		X
Instituto Politécnico de Lisboa		X
Instituto Politécnico de Portalegre		X
Instituto Politécnico do Porto		X
Instituto Politécnico de Santarém		X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)		X
Universidade do Algarve	X	

ONGD CONTACTADAS – RELATÓRIO 2016	RECOLHA DE DADOS		
	Sem resposta	Responde m que não têm	Enviam
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos			X
2. ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos			X
3. ADIRN	X		
4. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
5. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e		X	
6. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
7. AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
8. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
9. APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
10. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento		X	
11. APF - Associação para o Planeamento da Família	X		
12. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
13. ATA - Associação Tropical Agrária	X		
14. Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
15. CARITAS PORTUGUESA		X	
16. CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
17. CHAPITÔ	X		
18. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar			X
19. Conceitos do Mundo	X		
20. CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
21. EAPN Portugal	X		
22. EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR	X		
23. Equipa d'África (Associação)	X		
24. FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
25. Fundação Bomfim	X		
26. Fundação Champagnat	X		
27. Fundação Cidade de Lisboa			X
28. Fundação Gonçalo da Silveira			X
29. Fundação Teresa Regojo	X		
30. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X		
31. GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural			X
32. HELPO		X	
33. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
34. Leigos Para o Desenvolvimento	X		
35. Médicos do Mundo	X		
36. Memórias e Gentes - Associação Humanitária	X		
37. Meninos do Mundo	X		
38. MSH - Missão Saúde para a Humanidade		X	
39. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE			X
40. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X		
41. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
42. OMAS - Leigos da Boa Nova		X	

43. ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
44. PAR - Respostas Sociais			X
45. PRO DIGNIDADE - Fundação de Direitos Humanos	X		
46. Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	X		
47. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X
48. Sapaná	X		
49. Saúde em Português	X		
50. SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
51. SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
52. TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado	X		
53. TESE - Associação para o Desenvolvimento	X		
54. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua			X
55. UMP – União das Misericórdias Portuguesas		X	
56. UNICEF (Comité Português para a)	X		
57. Veterinários Sem fronteiras	X		
58. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano		X	
59. VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	X		
60. WACT			X
Totais = 60	33	8	19

ANEXO 3

**Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2016,
na linha de financiamento do CICL para projetos de ED**

ONGD	Projeto	Medidas da ENED
CIDAC	Acima da média! Descodificação dos <i>media</i> ao serviço da cidadania global (2.ª Fase)	1.1.2; 1.2.1; 3.2.2
CEAUP	SINERGIAS ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal	1.1.1;1.1.2;1.1.3;1.2.1;1.2.2;1.3.2;1.4.1;1.5.1;1.7.1;1.7.2;2.2.1;2.5.1;3.2.1;3.3.1;3.3.3;3.5.1
CIDAC	Jovens Embaixadores do Comércio Justo	2.6; 2.3; 2.2
FGS	Alternativas: experiências locais para uma transformação global	1.1; 1.2; 1.4; 1.5; 1.7; 3.2; 3.3; 3.4
FGS	Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral	1.1.2; 1.1.3; 1.2.1; 1.2.2; 1.5.1; 1.7.1; 1.7.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.6.1; 3.2.1; 3.4.1; 4.2.1; 4.5.1; 4.5.2
IMVF	Fruta Tropical Justa - Promover as frutas tropicais justas no Ano Europeu para o Desenvolvimento e pós-2015: Mobilizar os cidadãos europeus para agirem em prol de cadeias de fornecimento de fruta tropical mais justas	4.2.1; 4.6.1; 4.7.1
AIDGLOBAL	Os Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global	4.4.1; 4.5.1; 4.6.1; 1.4.1; 3.2.2
OIKOS	<i>Kits</i> ODS - Transformando o mundo	2.2.1; 2.6.1
IMVF	Economia Social e Solidária - Uma abordagem para o Desenvolvimento Sustentável no Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED) e pós-2015	1.1.3; 1.2.1; 4.3.2; 4.4.1; 4.5.1; 4.7.1
PAR	Coordenadas para a Cidadania Global – Ver, Agir e Transformar!	3.1.1; 3.2.1; 3.2.2; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.4.1; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3
FEC	Coerencia.pt: o eixo do desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável	1.6.1; 1.7.2; 4.4.1; 4.2.1; 4.3.2; 4.5.2; 4.7.1; 4.8.1
MONTE	<i>Education for GloCal Issues</i>	2.2.2; 2.4.1; 3.2.1
ACEP	Cooperação e desenvolvimento: novos desafios, visões partilhadas	3.2; 3.4; 3.5; 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.8
CPR	À procura de um abrigo: sensibilização sobre migrações e desenvolvimento no 1º ciclo do ensino básico	2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 4.1
FEC	O Mundo à Mesa	2.3.1; 2.6.1; 4.4.1; 4.1.2; 4.3.2; 4.5.1; 4.6.1; 4.8.1

ANEXO 4

Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

A nível internacional, tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos *fora*, onde a ENED tem sido mencionada ou reconhecida. Apresentam-se em seguida alguns desses momentos:

- GENE - Global Education Network Europe:

- Reunião do GENE 34 (Lisboa, 14-16 de abril) – contemplou várias apresentações sobre a ENED;
- Reunião GENE 35 (Florença, 13-15 de outubro): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências;
- Referências à ENED no quadro da Conferência de Paris “Global Education: towards a World of Solidarity”, realizada a 28 de novembro.

- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:

- Menção à ENED em atividades e documentos do Programa de Educação Global.

- Comissão Europeia e Conselho da União Europeia:

- Referência à ENED no quadro de preparação do documento do legado do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015;
- Referência à ENED no quadro da primeira reunião do novo European Multistakeholder Group, realizada em Bruxelas a 15 de março;
- Alusão à ENED no quadro da participação na 136.ª reunião do Comité DCI (Instrumento de Financiamento Cooperação para o Desenvolvimento) - Programa Temático Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais (Bruxelas, 8 de junho);
- Encontro promovido pelo Camões, I.P., entre ONGD e a Chefe de Divisão para a Sociedade Civil da Direção-Geral de Cooperação para o Desenvolvimento (DEVCO), em Lisboa, a 3 de novembro.

- Nações Unidas

- Referência à ENED no quadro de encontro da APCEIU - *Asia-Pacific Centre of Education for International Understanding* da UNESCO, realizado em Seul entre 9 e 11 de novembro.

- CAD-OCDE

- Apresentação a 29 de janeiro, em Lisboa, do relatório final do exame de 2015 a Portugal do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE: *“Portugal has been praised for its good work in awareness raising for development: Portugal has its own National Strategy on Development Education 2010-2015 (IPAD 2010), which aims to integrate development and global citizenship into Portugal’s formal and informal education system. Portugal’s leadership in development education is the result of years of engagement with different actors from government and civil society, and dedicated funding to support development education NGOs from Camões I.P. Portugal’s activities in this area have been peer reviewed and praised by different international bodies such as the Global Education Network Europe (GENE 2014) and the European Commission (EU 2012)”*.

ANEXO 5

Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

OBJETIVO 1

▪ Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	"Amitie Code - Capitalizing on Development"	Formação em "Migrações, Direitos Humanos e Desenvolvimento – estratégias para a inclusão e justiça social"
ARIPese - Associação de reflexão e intervenção na política educativa das ESE	Participação da ARIPese na ENED e em atividades de ED	Envolvimento da ARIPese, por intermédio da sua direção e das ESE em atividades de ED, como sejam: Participação da ARIPese no Encontro Final da 1ª Edição do Projeto Sinergias que se realizou no ISEG em Lisboa nos dias 12 e 13 de janeiro de 2016; Participação da ARIPese na reunião de avaliação no dia 3 de maio no âmbito da auscultação das entidades que subscreveram o Plano de Ação da ENED. Participação no Encontro - as ED nas ESE, dia 16 de maio; Elaboração de um parecer sobre o Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, em abril de 2016.
ASPEA- Associação Portuguesa de Educação Ambiental	IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.	O programa do IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa dá continuidade à metodologia dos congressos anteriores, contribuindo para a formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza. Atividades: COMUNICAÇÕES NA PROGRAMAÇÃO Eixo Temático 1 - Identidade(s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental Eixo Temático 2 - A Educação Ambiental na resposta às alterações climáticas e desastres ambientais Eixo Temático 3 - A Educação Ambiental nos equipamentos, interpretação e conservação Eixo Temático 4 - A Educação Ambiental no sistema educativo Eixo Temático 5 - As fronteiras da Educação Ambiental: ética, inclusão, género, paz e justiça Eixo Temático 6 - A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais Eixo Temático 7 - A Educação Ambiental nos saberes tradicionais e manifestações culturais-artísticas Eixo Temático 8 - A Educação Ambiental-Educomunicação nas redes sociais e tecnologias de informação

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto - CEAUP	Sinergias ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal	a) a realização de uma meta reflexão e de um estudo sobre os processos colaborativos entre IES e OSC ocorridos no âmbito da 1ª edição do projeto Sinergias ED; b) a produção de estudos e a promoção de atividades no âmbito da ED realizadas colaborativamente pelas IES e OSC associadas do projeto; c) o fortalecimento da linha de investigação em ED do CEAUP, nomeadamente através da atualização do estudo sobre perceções e relevância da ED em Portugal e da redação de um documento de posicionamento; d) a dinamização do website Sinergias ED; e) a edição de 4 números da revista científica Sinergias – diálogos educativos para a transformação social; f) a realização do II Encontro Internacional Sinergias ED; g) a realização de ações de formação dirigidas a IES e a OSC com base no Referencial Sinergias ED, seguido de um trabalho de reelaboração coletiva e de validação entre pares do Referencial
Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género	Direitos Humanos, de homens e de mulheres	Actividades no âmbito da Cidadania e Igualdade de Género
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)	A1,1, Participar na elaboração e aplicar os instrumentos de recolha de dados; A1,2, Tratar, analisar e divulgar os dados recolhidos; A2,1, Recolher e tratar informação dos Planos Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A2,2, Elaborar um Plano Anual Global de atividades; A3,1, Recolher e tratar informação dos Relatórios Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A3,2, Elaborar um Relatório Anual Global de atividades; A3,3, Elaborar um relatório de Avaliação Intermédia (2012-2013); A3,4, Elaborar um Relatório de Avaliação final (2015-2016); A4,1, Recolher e tratar a informação de apoio à equipa internacional do Global Education Network Europe (GENE) encarregue da realização do peer review (2012-2013); A4,2, Elaborar a memória das duas reuniões anuais com as 16 IP e OSC envolvidas na elaboração da ENED; A5,1, Recolher informação e adquirir recursos bibliográficos e multimédia especializados na área de ED; A5,2, Participar em eventos nacionais e internacionais relevantes para a área de ED; A6,1, Partilhar experiências e aprendizagens com as Escolas Superiores de Educação, no quadro dos encontros anuais da ARIPESE.
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Alternativas: experiências locais para uma transformação global	A 2.1 - Processo de reflexão acerca dos princípios e valores para uma transformação social global; A 2.2. - Definição dos critérios de seleção das ILM; A 3.1. - Criação de linha gráfica para o projeto; A 3.3. - Divulgação do projeto e partilha dos seus resultados
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação-ação na ED em Portugal	1 - Criação e consolidação de uma linha de investigação em ED no CEAUP; 2- Produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos, temáticas e metodologias em ED; 3- Criação e edição de uma revista científica digital sobre ED com Peer-Review; 4- Conferência Internacional sobre ED; 5- Produção de Estudos de Caso de projetos de ED feitos em parceria pelas Organizações da Sociedade Civil e Instituições de Ensino Superior; 6- Divulgação da bibliografia de ED existente nos Centros de Recursos especializados do país; 7- Lançamento e dinamização de um website com informação, comunicações e discussão sobre ED; 8- Construção de materiais e referenciais de formação para a capacitação das OSC e das Instituições de Ensino Superior; 9- Experimentação dos referenciais de ED criados; 10- Sessões de apresentação dos resultados do 1.º ano do projeto e discussão temática.

Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral	A 1.1.- Realização de 3 encontros de trabalho "Educação para a Cidadania Global e Ecologia"; A 1.2.- Criação e dinamização de um grupo de partilha de Educação para a Ecologia Integral e Cidadania Global; A2.1.- Realização de duas sessões para definição conjunta do plano conceptual do processo pedagógico e de sensibilização; A2.2. - Produção de 2 recursos pedagógicos temáticos
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Redes para o Desenvolvimento: Educação Global para uma Cooperação mais Eficiente	1.1 - Fortalecimento das Redes de Municípios; 1.2 - Capacitação: Formação e Mesas-Redondas; 2.1 - Jornadas com oradores do Sul; 2.2 - Fortalecimento da Plataforma Virtual; 2.3 - Reciclagem de conhecimento e informação; 3.1 - Conferência Internacional sobre Cooperação Descentralizada; 4.1 - Intercâmbio de metodologias e materiais de formação de Educação para o Desenvolvimento; 4.2 - Elaboração de Materiais de Educação para o Desenvolvimento inovadores e perfis de países; 4.3 - Exposições temáticas e itinerantes de Educação para o Desenvolvimento; 4.4 - Eventos de Educação para o Desenvolvimento; 5.1 - Estratégia e Plano de Ação para a Educação e Cooperação para o Desenvolvimento; 5.2 - Reuniões a nível Regional, Nacional e Europeu; 5.3 - Encontros entre Municípios e Atores Não-Estatais.
SOPRO	Ser Solidário faz Sorrir!	Sensibilizações, palestras, dinâmicas de grupo, testemunhos, formações

▪ **Atividades inseridas noutra tipo de projetos**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM - GATAI)	Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2016 (PAAI 2016)	O PAAI 2016 consiste no apoio financeiro às associações de imigrantes e estrutura-se em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio: 1) Vertente Acolhimento e Integração – iniciativas de apoio à plena integração dos imigrantes na sociedade, através de projetos dirigidos aos imigrantes e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa; 2) Vertente Valorização da Diversidade – iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade; 3) Vertente Reconhecido Mérito – iniciativas que possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida. Esta última vertente inclui uma alínea específica para Iniciativas desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões 2014-2018	Formação sobre O papel das OSC na mudança - Smart CSOs
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões 2014-2018	Realização de um Workshop de reflexão sobre a Agenda 2030 e os ODS vistos do ponto de vista da ED e do papel que a Sociedade Civil deve ter na sua concretização

Rosto Solidário	Projeto HECOS for ETHICS - Higher Education and Companies FOSTERING ETHICAL Skills	Elaboração de Manual de Formação HECOS for ETHICS; Elaboração de Nota de Orientação sobre o Percurso de Formação HECOS for ETHICS; Elaboração de Catálogo de experiências de terreno HECOS for ETHICS
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	SUL - rede educativa	Criação da SUL rede educativa, projeto institucional da UCCLA; Comunicação

▪ **Atividades não inseridas em projetos**

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE Seminário nacional fazendo a apresentação pública dos projetos de EA e EDS promovidos por professores em regime de mobilidade ME/MAMAOT no contexto das decisões do GTEAS – Grupo de Trabalho da Educação Ambiental para a Sustentabilidade
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Centro de Recursos para o Desenvolvimento, em Lisboa - oferece um acervo documental sobre os PALOP e Timor Leste, antes e depois das independências e sobre questões ligadas ao Desenvolvimento; promove ações de sensibilização e de formação sobre várias temáticas; vende publicações editadas pelo CIDAC
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Trabalhos colaborativos entre o CIDAC e a ESE de Lisboa: colaboração do CIDAC na unidade curricular eletiva de ED da ESE de Lisboa; produção de um artigo publicado na revista Sinergias; apresentação de 1 comunicação no III COOPEDU; produção de um artigo em inglês; organização de um 1º Encontro das ESE sobre ED
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém	Realização de um encontro sobre ED e criação de uma rede local de compromisso em ED
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Participação em grupos de investigação sobre as suas temáticas de trabalho – Educação para o Desenvolvimento – em parceria com outras instituições
Plataforma Portuguesa das ONGD	Reflexão sobre Avaliação em projectos de ED, relacionada com o processo avaliativo da própria ENED
Plataforma Portuguesa das ONGD	Workshop Formativo sobre Comunicação, Valores e Mudança Social

OBJETIVO 2

- **Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos	Cidadãos do Mundo	Visualização de filmes previamente seleccionados, tendo em conta a temática abordada pelos mesmos, seguida de debate; Visualização de material recolhido pela ADDHU no terreno (fotografias e filmagens); Intercâmbio entre os alunos da turma e as crianças acolhidas pela ADDHU no seu orfanato no Quênia através de cartas; Realização de diferentes exercícios práticos que fomentem a participação activa de todos os alunos e respectiva equipa docente através da partilha de ideias e de conhecimento relativamente aos direitos humanos e sua violação; Fornecimento de material pedagógico que permita às escolas, em particular aos seus professores, terem apoio na abordagem desta temática; Testemunho dos voluntários que estiveram no Quênia e no Nepal; Leitura e análise de obras literárias e artísticas na perspectiva dos direitos humanos.
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	"Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global"	A 1.1 - Apresentação do projeto às direções dos Agrupamentos Escolares dos seis concelhos; A 1.2 - Realização de seis ações de formação creditadas, uma em cada Município parceiro, em modalidade de curso, com 25h cada; A 1.4. - Realização de um Círculo de Aprendizagem com 6 sessões de duas horas sobre as oportunidades de ligação do património da RHLT à Cidadania Global; A 2.1 – Elaboração de estudo sobre a ligação do património da RHLT à Cidadania Global; A 2.2 Elaboração da maleta pedagógica sobre a ligação do património da RHLT à Cidadania Global, de suporte às visitas de estudo; A 2.3 Criação de percurso de Geocaching sobre Cidadania Global; A 3.1 – Planeamento do projeto com as direções e professores dos Agrupamentos Escolares que o vão receber; A 3.2 - Planificação da integração das temáticas de ED nas disciplinas; A 3.3 - Abordagem das temáticas de ED nas aulas; A 5.1 - Gerir o sistema de gestão, acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do projeto; A 5.2 - Organizar e orientar as reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A 5.3 - Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e de visibilidade para as atividades do projeto.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Desafios globais: reforçar a ECG em meio escolar para responde aos contextos da atualidade	Ações de formação de introdução à ECG; elaboração de 1 recurso educativo sobre questões de atualidade (presente e futuro do trabalho); XI Encontro nacional de ECG; 1 conferência com Oscar Jara; apoio ao funcionamento da Rede ECG; 1 oficina com Oscar Jara; mapeamento da intervenção em ECG no meio escolar.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Jovens Embaixadores do Comércio Justo	Formações temáticas; criação e dinamização e uma loja pedagógica de Comércio Justo; dinamização de eventos de sensibilização; diálogo presencial com produtores de Comércio Justo; intercâmbios europeus com escolas do ensino secundário e organizações de Comércio Justo de França e Bélgica.
Comissão Nacional da UNESCO	Educação para a Cidadania Global - e inserido na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Realização de Encontros e de Conferências e a criação de material pedagógico decorrente de ações de formação realizadas no âmbito da Rede Nacional das escolas associadas da UNESCO de Portugal e da CPLP; realização de atividades decorrentes de outras Redes UNESCO - Cátedras; Bibliotecas Associadas e Rede das Cidades de Aprendizagem (ECG integrado na Agenda 2030 e ODS de forma transversal, através das comunidades onde estas

		redes se inserem.
Direção-Geral da Educação	Programa de Atividades integrado no Contrato-Programa entre DGE, Camões-ICL, CIDAC e Fundação Gonçalo da Silveira	- Elaboração de um Referencial de Educação para o Desenvolvimento para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário; - divulgação Web, e junto dos estabelecimentos de educação e ensino, de projetos e outras iniciativas de Educação para o Desenvolvimento; - Conceção de uma ação de formação contínua de docentes sobre Educação para o Desenvolvimento.
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança	Projeto de ED na ESE de Bragança	I Seminário de “Educação para o desenvolvimento: um desafio para todos”; Inquérito por questionário aos alunos sobre cidadania global e participação; Elaboração (e análise) de posters sobre práticas de ED na ESEB.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Global Schools: EYD 2015 to embed Global Learning in primary education	A1.1.1: Estabelecimento de Grupos de Coordenação em cada país (Steering Committees); A1.1.2: Estabelecimento de um Grupo de Coordenação Internacional (International Steering Committee); A1.1.3: Participação em Seminários da linha EuropeAid; A1.2.1: Estabelecimento de um grupo de especialistas em ED a nível local; A1.2.2: Estabelecimento de um grupo científico internacional; A1.3.1: Investigação comparativa e qualitativa sobre práticas na formação de professores; A1.4.1 Seminário Internacional sobre o Ano Europeu do Desenvolvimento 2015 para Autoridades Locais; A1.4.2 Formação decisores políticos e técnicos a nível local; A2.1.1 Pesquisa, elaboração, revisão/monitorização e publicação de recursos educativos em 9 línguas; A2.2.1 Formação inicial e contínua de professores através de cursos introdutórios, avançados e formação de pares; A2.2.2 Programa europeu de intercâmbio articulado em visitas de estudo recíprocas (países organizados em pares); A2.2.3 Seminário internacional para partilha de boas práticas na formação de professores em ED e no ensino da ED; 2.3.1 Formação para organizações da sociedade civil em temáticas e metodologias de ED; A3.1.1: Organização de “mesas redondas” nacionais envolvendo múltiplos parceiros; A3.1.2: Organização de eventos nas escolas (AED 2015 e pós-2015) - workshops, dias escolares, dias “portas abertas” sobre ED; A3.2.1 Participação na e Expo 2015 e outros eventos de relevo; A4.1.1 Apresentação de resultados às Autoridades locais e nacionais de Educação através de encontros regulares e de documentos de trabalho; A4.1.2 Organização de 10 seminários nacionais no final do projeto, destinados a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.3 Organização de 1 Conferência Internacional destinada a autoridades locais e nacionais, escolas de formação de professores, universidades, escolas, professores e atores não estatais envolvidos nas atividades escolares; A4.1.4 Participação em eventos nacionais e europeus organizados por atores chave em ED; A4.2.1 Criação de um site dedicado ao projeto; A4.2.2 Disseminação através dos sites dos parceiros e de ferramentas online
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Campanha Direito à Educação, Direito à Esperança	- Apoio à tradução de materiais educativos para português; - Divulgação dos materiais educativos produzidos

Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Site e Newsletter M-igual?	<p>1 - Atualização do site M-igual? com notícias, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, direcionadas para escolas, alunos e professores;</p> <p>2 - Criação e envio de uma newsletter semanal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, para agentes educativos que tenham manifestado interesse em receber novidades nesta área;</p> <p>3 - Interligação e comunicação com os agentes educativos que nos contactam.</p>
Monte - ACE	Education for GloCal Issus - Bibliotecas Globais	<p>A1.1. ESPAÇO ODS baseia-se na realização de oficinas temáticas integradas no plano de ação das bibliotecas escolares; A2.1 Forma T integra a realização de uma oficina de formação e uma ação de formação para professores acreditadas, onde prevemos a construção de materiais e recursos educativos e capacitação dos professores para trabalhar as questões dos ODS nas escolas; A3.1 – dinamização de workshops direcionados para as organizações da sociedade civil, onde se potenciam novas iniciativas de sensibilização sobre os ODS dirigidas à sociedade em geral; A4.1 Comunica – integra um conjunto de ações de comunicação e divulgação do projeto, onde se integram as seguintes 4.1.1. Get Together I – é um encontro inicial, para a apresentação do projeto; 4.1.2. iSPREAD – baseia-se na criação de um espaço do projeto na página do site do Monte (incluindo a produção do logotipo do projeto), com ligação às páginas web dos parceiros, para efeitos de divulgação das atividades e disseminação de resultados; 4.1.3. FLASH NEWS – dinamização das temáticas e iniciativas do projeto na página de facebook da Monte, onde será estabelecido ligação entre escolas participantes diretas no projeto, e escolas de cabo verde e Guiné-Bissau. 4.1.4. B. Online – produção de um vídeo do projeto, para disponibilização através do youtube para uma maior projeção e na página web do projeto, sobre as temáticas trabalhadas com o objetivo de promover e chamar a atenção de mais público para os ODS; 4.1.5. ED-Magazine – produção de uma publicação, em formato digital e impresso, sobre os ODS trabalhados durante o projeto, baseado nas 6 grandes temáticas identificadas, elaborado com a colaboração do parceiro aidglobal, para a disseminação do projeto; 4.1.6. Get Together II – realização de um encontro final, com todos os participantes e entidades; 4.2 ODSspread – consiste na realização de uma ação de disseminação dirigida às outras escolas, bibliotecas e organizações da sociedade civil.</p>
Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Sorrisos de Papel - Pela Redescoberta de um Natal verdadeiramente Solidário	<p>1. Realização de uma palestra interativa sobre a criação de laços e a o salientar das diferenças em quatro escolas primárias em Calequise, Guiné-Bissau, para as turmas (alunos e professores) intervenientes e aquisição de postais solidários;</p> <p>2. Realização de oficinas pedagógicas ministradas pelos professores em contexto de sala de aula com a escrita/pintura de um postal de Natal (Pretende-se associar disciplinas escolares a oficinas pedagógicas, como por exemplo, Artes Plásticas – Oficina de Artes; Língua Portuguesa – Oficina de Escrita Criativa; Música – Oficina Musical; Expressão dramática – Oficina de Teatro);</p> <p>3. Oferta do postal de Natal a um idoso em contexto de visita social a um Lar promovendo o contacto inter-relacional e inter-generacional dos mais idosos com as novas gerações, rompendo com o gelo ou a hiato geracional existente devido à rápida mudança de uso de meios de comunicação e o uso das redes sociais.</p>

Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Educação Sem Fronteiras - Acompanhamento do processo de aprendizagem de crianças e jovens imigrantes (dos municípios de Lisboa, Amadora e Sintra), dos 6 aos 16 anos, através da facilitação de aulas extraescolares, o seguimento psicopedagógico, a sensibilização dos seus contextos escolares na Educação para a Cidadania Global e a facilitação de eventos lúdico-culturais	<p>1. Aulas extraescolares itinerantes para uma educação sedimentada - Coordenação de um clube de aulas extraescolares sobre as diversas disciplinas do Ensino Básico;</p> <p>2. Cartão vermelho ao absentismo e o fracasso escolar - Disponibilização de um serviço de acompanhamento psicopedagógico personalizado itinerante em cooperação com o Gabinete de Apoio Psicossocial do Centro Padre Alves Correia (CEPAC);</p> <p>3. Educação para a Cidadania Global no contexto escolar - Realização de um tour formativo e de sensibilização através de ações de respostas integradas a situações de exclusão social, escolar e profissional das crianças e jovens mais vulneráveis, promovendo uma integração mais efetiva e dinamização de espaços vocacionados para o acesso a atividades ocupacionais e de desenvolvimento de competências, ou seja, atividades de apoio ao sucesso escolar;</p> <p>4. Jogos para uma aprendizagem multicultural inclusiva - Realização de festas culturais e visitas a museus.</p>
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Aprender para o Desenvolvimento	Consolidação do projeto no espaço municipal no âmbito da criação da Plataforma Educar Melhor em Cascais e Rede de Cidades Educadoras; Consolidação dos projetos educativos escolares desenvolvidos pelos participantes nos Círculos de Estudo creditados.

▪ **Atividades não inseridas em projetos**

Nome da instituição	Descrição da Atividade
ADPM	Comemoração da Semana do Livro entre PT-CV-MZ
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ACÇÕES DE FORMAÇÃO INSERIDAS NO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS PROMOVIDOS PELAS ONGA VOCACIONADOS PARA O PÚBLICO ESCOLAR Apoio à realização / organização de ações de formação no âmbito do desenvolvimento de projetos promovidos pelas ONGA vocacionados para o público escolar (Eco-Escolas, JRA, Olimpíadas do Ambiente, Jovens Cientistas e Investigadores, ...)
APEDI-Associação de Professores para a Educação Intercultural	Ações de curta duração para docentes, não docentes, alunos e restante comunidade educativa. Encontros de esclarecimento e animação em escolas sobre a temática da interculturalidade.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Proposta didática "Conectando Mundos" - plataforma pedagógica com proposta de atividades sobre um tema para trabalho dos alunos e alunas dos 6 aos 17 anos com os seus professores/as. Em 2016 o tema foi: Caminhos de igualdade (igualdade de género). Inscreveram-se 72 turmas de 47 escolas em 12 dos 18 distritos (Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real, Viseu), Açores e Madeira.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	16 Sessões de Sensibilização temáticas para alunos/as dos ensinos Básico, Secundário, Profissional e Superior, em 12 escolas e no CIDAC, sobre Comércio Justo, Consumo Responsável e ED
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Lecionação de Unidades Curriculares no âmbito da formação inicial dos cursos de educadores e professores, nomeadamente: -Ética, educação e cidadania -Cidadania e educação -Ética ambiental -Problemas sociais contemporâneos -Pedagogia e Inovação em Educação da Criança

	-Prática de Ensino Supervisionada -Educação para o desenvolvimento
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Orientação de trabalhos finais no âmbito dos mestrados em formação de professores e educadores.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco	A abordagem realizadas no âmbito da ENED é enquadrada em diferentes unidades curriculares do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º CEB
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa	Cooperação entre ONGD e Instituição de Ensino Superior, Realização de Unidades Curriculares com participação de responsáveis de ONGD
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre	Estudo das práticas educativas promotoras da educação para o desenvolvimento, junto das professoras cooperantes e junto das estudantes dos cursos de Licenciatura em Educação Básica e de Mestrado em Educação Pré Escolar.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto	Unidade Curricular de Globalização e Cooperação para o Desenvolvimento, que integra o plano curricular da ESE.IPP, sendo uma das opções de Escola para vários cursos de licenciatura - Educação Social (diurno e pós laboral), Educação Musical, Artes Visuais e Tecnologias Artísticas e Gestão do Património (diurno e pós laboral).
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Mestrado em Supervisão Pedagógica - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento; Inserção da ED noutras Unidades Curriculares
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Colaboração com Colégios da Companhia de Jesus em Portugal: 1 - Apoio ao projeto "Educa o olhar", integrado na disciplina de Geografia do 9.º ano e no tema curricular específico "Contrastes de Desenvolvimento". Este projeto foi desenvolvido com o objetivo de promover a Educação para o Desenvolvimento e uma consciencialização para uma cidadania global. 2 - Apoio ao projeto "Escolher para Acolher", integrado, também ele no tema "Contrastes de Desenvolvimento", da disciplina de Geografia do 9.º ano, bem como no Plano de ação 2015/16 do Colégio das Caldinhas na ajuda aos Refugiados, com vista à promoção da Educação para o Desenvolvimento e à consciencialização de uma cidadania ativa global. 3 - Apoio a necessidades específicas que foram surgindo ao longo do ano na área de ED e ECG.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Sessão de Informação sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Rosto Solidário	II Ciclo de Workshops: "Diversidade Cultural, Igualdade de Género e Cidadania Global"

OBJETIVO 3

- **Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Dinamização do Movimento Formiga Juju em Portugal	<p>A Formiga Juju é a personagem principal de dois contos infantis, já editados em livro, criados por um grupo de cidadãos moçambicanos para responder ao desafio da promoção da literacia junto de crianças moçambicanas, em situação de vulnerabilidade, despertando nelas a criatividade e o gosto pela leitura. Motivada pelas mensagens transmitidas pelas histórias protagonizadas pela personagem da Formiga Juju, a AIDGLOBAL decidiu assumir este Movimento como mais um dos seus projetos de Educação para o Desenvolvimento (ED). Nos contos destaca-se o tema do desenvolvimento sustentável e o da inclusão social.</p> <p>A AIDGLOBAL promove sessões de leituras dramatizadas dos contos da Formiga Juju em escolas e bibliotecas.</p>
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Acima da Média! Descodificação dos media ao serviço da cidadania global	<p>1 formação de formadores residencial; 6 exercícios práticos de sensibilização realizados pelos formandos; 1 encontro de sistematização pós exercícios de sensibilização; 2 cursos regionais residenciais realizados pelos formandos; conceção e edição de 2 materiais educativos sobre descodificação dos media.</p>
Conselho Português para os Refugiados (CPR)	Informação Pública - Conselho Português para os Refugiados	<p>Sensibilizar o público em geral, os media, os decisores políticos, técnicos e outras partes interessadas para a situação dos refugiados em Portugal e no mundo, assim como disseminar o trabalho do CPR em prol desta população tão vulnerável são os objetivos do sector da informação e divulgação pública deste Conselho. Para os cumprir, o CPR promove, ao longo do ano, um conjunto de iniciativas de informação e formação com o objetivo de criar uma sociedade mais consciente e informada para o drama dos refugiados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Comemoração do Dia Mundial do Refugiado 20 de junho de 2016; b. Comemoração do 25º aniversário do CPR 20 de setembro de 2016; c. XII Congresso Internacional "O Futuro da Europa Depende do Futuro dos Refugiados"; d. Ações de sensibilização (presenciais e a distância) e visitas aos Centros de Acolhimento para Refugiados; e. Festa de Fim de Ano; f. Homepage; g. Prémios <p>Para Relatório de Acompanhamento Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento - 2016 vamos descrever a atividade "d. Ações de sensibilização (presenciais e à distância)"</p>
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Museu Mundial	<p>A1.1 – Recolha de exemplos de boas práticas metodológicas de educação global; A1.2 – Conduzir um inquérito aos técnicos e visitantes dos museus; A1.3 – Organizar um workshop conceptual para todos os parceiros e outros peritos; A1.4 – Desenvolver 40 ferramentas inovadoras de educação global; A2.1 – Desenvolver e aplicar 10 ferramentas inovadoras de educação global para serem incluídas nas exposições dos museus; A2.2 – Elaborar e divulgar roteiros e catálogos das exposições para visitantes que incluam referências aos temas globais; A2.3 – Organizar 5 formações internas dirigidas aos</p>

		guias dos museus participantes; A2.4 – Produzir e divulgar um folheto de promoção da educação global nas exposições dos museus; A2.5 – Organizar uma semana de inauguração para cada museu; A2.6 – Ter em exibição nos 5 museus, durante pelo menos um ano, as exposições que incluem as ferramentas inovadoras de educação global; A3.1 – Documentar o desenvolvimento e a produção das ferramentas inovadoras de educação global; A3.2 – Avaliar o uso prático das ferramentas nas exposições; A3.3 – Organizar um workshop de multiplicação com a duração de dois dias; A3.4 – Estabelecer e disseminar uma base de dados de multiplicadores online; A3.5 – Elaborar e disseminar uma versão e-book de 130 páginas da base de dados; A3.6 – Elaborar e divulgar um mini manual de 10 páginas para promover a educação global nos museus; A3.7 – Divulgar a abordagem inovadora em 4 conferências europeias; A4.1 – Organizar 8 cursos de formação externos para técnicos de museus e ONGD; A4.2 – Organizar e promover 8 mesas redondas para museus e ONGD; A5.1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto num workshop inicial de parceiros; A5.2 – Organizar e orientar 6 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A5.3 – Organizar 15 reuniões de parceiros via skype; A5.4 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A5.5 – Implementar e monitorizar o plano de visibilidade; A5.6 – Participar no Seminários organizados pela EuropeAid; A5.7 – Realizar uma auditoria financeira; A.5.8 – Realizar uma avaliação externa
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias	A1.1 – Elaborar um estudo sobre cursos de formação de educação global e educação de adultos para voluntários em cada país participante; A1.2 – Organizar um workshop sobre teorias e práticas de educação global e educação de adultos; A1.3 – Produzir e aprovar um currículo formativo; A1.3.1 – Organizar 4 reuniões de peritos; A1.3.2 – Organizar 6 reuniões de planeamento; A1.4 – Implementação de 5 cursos de introdução à Educação Global; A1.5 – Implementação de cursos teste em cada país; A1.6 – Desenvolvimento e produção do manual de formação; A2.1 – Organizar o Congresso “WeltWeitWissen”; A2.2 – Workshop de Avaliação; A2.3 – Divulgação do material conceptual a 400 ONGD europeias; A3.1 – Organização de mesas redondas e reuniões com membros do Parlamento, membros do governo, decisores políticos e representantes da sociedade civil em cada país; A3.2 – Evento dentro do edifício do Parlamento; A3.3 – Conferência Regional sobre temas do desenvolvimento; A3.4 – Organizar um diálogo político com atores chave nos ministérios e no parlamento; A4.1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto; A4.2 – Organizar e orientar 3 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A4.3 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A4.4 – Realizar uma auditoria financeira; A4.5 – Participar em duas reuniões anuais com a Comissão Europeia; A4.6 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto.
Par - Respostas Sociais	Coordenadas para a Cidadania Global - Ver, Agir e Transformar	As principais atividades do projeto, são: A0.1. Definir um modelo de gestão assente nos princípios internacionais de boa Governança; A0.2. Definir uma estratégia de comunicação e visibilidade; A0.3. Avaliação e auditoria, que inclui avaliação e auditorias externas e avaliação entre pares; A1.1. Recolher boas práticas de novas abordagens de Educação

		<p>para a Cidadania Global;</p> <p>A1.2. Organizar uma oficina de trabalho para a definição comum desta nova abordagem;</p> <p>A1.3. Organizar o programa de ação de formação de ECG, assente em 3 eixos de ação: competências pessoais, competências de ECG e competências profissionais;</p> <p>A2.1. Implementar a ação de formação "Coordenadas para a Cidadania Global";</p> <p>A2.2. Definir e criar rotas de ECG - rotas turísticas pedagógicas, abordando o que liga a cidade ao Mundo;</p> <p>A3.1. Capacitar outros membros das organizações representadas na formação;</p> <p>A3.2. Criar, actualizar e disseminar o Portal online;</p> <p>A3.3. Produzir e disseminar Guia para a transformação social;</p> <p>A3.4. Dinamizar 10 Street Datings - visitas guiadas pelas rotas turísticas pedagógicas criadas.</p>
Rosto Solidário (ONGD)	É de Género?	Ações de sensibilização; workshops temáticos realizados; disseminação de materiais; produção de artigos de opinião e científico;
WACT – We are changing together	Formação WACT Spirit	<p>A Formação WACT SPIRIT pretende capacitar futuros Changemakers para que eles sejam agentes de mudança nos seus contextos diários e no mundo. Para tal os formandos, depois de seleccionados, iniciam uma formação certificada, em Empreendedorismo e Intervenção Social com a duração de 6 meses. A formação é sustentada num método teórico-prático multidisciplinar, em que os formandos estão em permanente contacto com situações desafiantes, realidades diferentes e figuras inspiradoras.</p> <p>A formação WACT SPIRIT está dividida em 3 partes: 6 meses de formação em Portugal em Lisboa, com uma sessão semanal em regime pós-laboral, seguido de 6 semanas em São Tomé e Príncipe. Ao longo deste período os formandos são convidados a participarem nos módulos - Inspiração, Construção, Implementação - através dos quais criam o seu projeto social em conjunto com outros Changemakers, consoante as suas formações base e interesses. Esses projetos são avaliados regularmente pela equipa WACT após avaliação positiva o projecto ruma até São Tomé e Príncipe. Para a implementação dos projetos os formandos são divididos em dois turnos a acontecerem entre Julho/Agosto e Agosto/Setembro.</p>

▪ **Atividades inseridas nouro tipo de projetos**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Encontro Nacional de Juventude	<p>Atividade que envolveu cerca de 300 jovens.</p> <p>Atividades: programa de três dias, com grupos de trabalho, workshops e momentos lúdico-culturais e criativos.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o Diálogo Estruturado, no âmbito Quadro de Cooperação Europeia em Matéria de Juventude - Proporcionar espaços para a participação política dos jovens, em assuntos que lhes dizem respeito - Promover um espaço plural, inclusivo e de construção, onde jovens de diferentes backgrounds e origens sociais podem cooperar e partilhar experiências e saberes, acedendo a uma

		oferta variada, quer ao nível político, como formativo e lúdico-cultural. Mais informações em: http://enj.pt/
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	Histórias da Ajudaris	A ESEB constitui-se como parceira da Associação Ajudaris na ilustração de histórias e na promoção do livro de histórias sobre questões de cidadania
Rosto Solidário	Escola dos Direitos - Feira sem Preconceito	Sessões de Formação de “agentes anti rumores”; mapeamento de rumores no concelho de S. M. da Feira; Campanha anti rumor;

▪ **Atividades não inseridas em projetos**

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	BOLSA DE PROFESSORES AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE 2005 ENTRE O MINISTÉRIO QUE AS TUTELAS DO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO QUE DESENVOLVEM ACTIVIDADES DE EA E EDS EM ONGA E OUTRAS INSTITUIÇÕES Apoio às entidades que requisitam intervenção para acompanhamento técnico-pedagógico dos seus projetos mediante critérios de avaliação de eficiência e eficácia, e da qualidade dos mesmos
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APOIO A PROJETOS QUE INCENTIVAM ACÇÕES DE EA E EDS Apoio técnico e logístico para ações concretas de projetos desenvolvidos por OSC e outras entidades (ex. ABAE/Bandeira Azul; ABAE/EcoEscolas; GEOTA/Coastwatch; Fundação da Juventude/Concurso de Jovens Cientistas; etc.)
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	REGISTO NACIONAL DE ONGA E EQUIPARADAS (RNOE) Gestão e manutenção do RNOE, acompanhando-as no cumprimento das exigências para a manutenção desse registo. Novo registo digital e disponibilização online
Comissão Nacional Justiça e Paz	Sensibilizar para a luta contra a pobreza e a justiça social
Graal	Grupo de consumo responsável "horta na cidade"
Sol sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovem Sem Fronteiras	Oficina - Diferente, mas Igual: atividade de sensibilização para desconstrução de preconceitos sociais.

OBJETIVO 4

- **Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
ACEP	Projeto "Aquele outro mundo que é o mundo" - o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento	Este projecto procurou contribuir para melhorar a qualidade da relação media e desenvolvimento, com efeitos positivos tanto na actuação dos profissionais do jornalismo e da comunicação como na dos profissionais do desenvolvimento. Teve também como objectivo melhorar a compreensão da sociedade portuguesa dos desafios do Desenvolvimento e da Cooperação. Para isso, desenvolveu um conjunto de actividades que destacaríamos: Criação de Bolsas de Criação Jornalística; Debates e conferências; Workshops com alunos de Jornalismo e Comunicação; Encontros entre jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento.
ACEP	Cooperação e Desenvolvimento: Novos Desafios, Visões Partilhadas	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um inquérito de opinião a actores da cooperação para o desenvolvimento sobre mudanças nos contextos e novas questões para o futuro - criação e/ou adaptação de instrumentos de disseminação de informação especializada (newsletters, blogue - criação de uma revista científica digital subordinada aos temas da Cooperação e Desenvolvimento - elaboração de outros materiais informativos e formativos especializados e publicação final - identificação e disseminação de boas práticas por temas do projecto - promoção de trabalhos de pós-graduação em articulação com os temas do projecto - realização de intercâmbios com debates e encontros sobre contextos, experiências e perspectivas entre Portugal e outros países - preparação e dinamização de actividades do tipo apresentação / debates sobre diversas temáticas, com estudantes do ensino superior
AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global	A 1.1 Realização de reuniões com todas as juventudes partidárias ou partidos com assento no Conselho Municipal da Juventude de Loures; A 1.2 - Realização de debate no Conselho Municipal de Juventude de Loures em torno de temas ligados à Educação para o Desenvolvimento; A 1.3 - Realização de curso sobre "O desenvolvimento, os jovens e a Cidadania Global", em formato b-learning, de 50h dirigido a jovens militantes de partidos políticos, com enfoque nas Juventudes Partidárias; A 2.1 - Elaboração e publicação de estudo diagnóstico "O desenvolvimento visto pelos jovens militantes dos partidos políticos"; A 2.2 - Campanha de Comunicação nas Redes Sociais "Os jovens não dão votos", apelando à participação cívica, numa ótica de contribuir para um desenvolvimento sustentável e equitativo; A 3.1 - Gerir o sistema de gestão, acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do projeto; A 3.2 - Organizar e orientar as reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A 3.3 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto.
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Comércio Justo em Portugal: conhecer, compreender, problematizar	Sondagem de opinião sobre a perceção do grande público sobre o Comércio Justo; encontros com produtores/as de Comércio Justo da América Latina, África e Ásia; conferências públicas e seminários sobre Comércio Justo; visitas de estudo de produtores/as internacionais a produtores nacionais; entrevistas a produtores/as internacionais; produção de materiais informativos de sensibilização; produção de materiais de reflexão e debate.

FEC - Fundação Fé e Cooperação	Mundo à Mesa	Ações e envolvimento das Direções de cinco escolas para apresentação do projeto e delineamento da sua integração; Constituição de Clubes à Mesa nas cinco escolas, com definição de representantes da Comunidade Escolar; Definição e implementação de Plano de Ação de cada Clube à Mesa; Apoio às iniciativas promovidas pelas Comunidades Escolares; Campanha de sensibilização e mobilização liderada por Chef Henrique Sá Pessoa;
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Coerência.pt - o eixo do desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável	Identificação de Redes de agentes locais nas áreas de segurança alimentar, migrações, segurança, alterações climáticas, comércio e finanças; Promoção de encontros sectoriais; Renovação e atualização em Portugal do portal coerência.pt; Disseminação dos conteúdos formativos e informativos Investigação, elaboração e partilha de cinco novos Estudos de caso (Migrações, Alterações Climáticas, Segurança e Soberania Alimentar, Segurança e Comércio e Finanças) através da identificação de oportunidades pelas redes das áreas referidas; Testemunhos de CPD; Apresentação de Estudos de caso nos seminários do programa Doutoral do ISEG – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Implementação de um processo de gestão co-partilhado Estratégia de comunicação e visibilidade
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Juntos pela Mudança - Ação Conjunta por Estilos de Vida Sustentáveis	Desenvolvimento de um site internacional para apoiantes e grupos / comunidades; Produção e disseminação de um vídeo que conta a história de mudança sistémica; Três workshops destinados aos agentes multiplicadores do projeto; Residência artística sob o tema “Vidas Sustentáveis”; Dois representantes do projeto participam na delegação da CIDSE na Cimeira COP21 em Paris; Prémio da Mudança para Escolas; Caminhada nacional para uma vida mais sustentável – “Caminhar Pela Mudança”; Elaboração de um “manifesto político” nacional sobre consumo sustentável de alimentos e energia; Disseminação de um “manifesto político” europeu sobre consumo e produção sustentável de alimentos e energia produzido pela CIDSE
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o envolvimento dos Cidadãos em tempos de incerteza	A1.1 – Organizar um inquérito sobre “Atitudes Públicas em prol do desenvolvimento global” entre 3600 jovens adultos em 6 países; A1.2 – Organizar 18 seminários em universidades, clubes de jovens e movimento de jovens, envolvendo 360 jovens adultos em 6 países, e identificar 60 “defensores globais” em todos os países parceiros; A1.3 – Produzir um Manual de Advocacy para jovens sobre como se podem empenhar nas interdependências globais (120 cópias em papel para os jovens “defensores” e uma versão PDF para a plataforma online); A1.4 – Criar uma plataforma online para a Ação, alojada num site já existente, de forma a atrair e a conseguir a participação ativa de cerca de 1200 pessoas em todos os países; A1.5 – Organizar um Fórum Mundial de Jovens no 2º ano e produzir uma declaração dos jovens; A1.6 – Organizar pelo menos 6 reuniões com diferentes atores a nível europeu para divulgar os resultados da ação em toda a Europa; A1.7 – Desenvolver um conjunto de pelo menos 60 “Diários Globais” para serem publicados na plataforma online; A2.1 – Organizar 6 workshops liderados pelos “defensores globais”, contando com a participação de pelo menos 120 técnicos de ONGD; A2.2 – Organizar 6 webinars com peritos do sul contando com, pelo menos, 120 participantes de ONGD; A2.3 – Envolver representantes da ED dos 27 países membros da UE; A2.4 – Organizar 6 reuniões com representantes de redes de OSC e Plataformas (uma por cada país parceiros) para assegurar que a campanha é disseminada através dos seus canais de advocacy; A3.1 – Mapeamento dos contactos dos media; A3.2 – Produzir um guia para os media, em 6 línguas diferentes, tendo em conta as especificidades de cada país, que será distribuído gratuitamente entre os jornalistas

		com o objetivo de os informar sobre a abordagem multinível que os media deveriam ter nos assuntos de desenvolvimento; A3.3 – Organizar um total de 6 seminários dirigidos a 240 estudantes de jornalismo em 6 países; A3.4 – Promover a cobertura mediática dos temas de justiça global no âmbito das presidências da Irlanda, Grécia e Itália, em 2013/2014; A4.1 – Uma ação de advocacia a nível local/nacional é levada a cabo em cada um dos países parceiros liderada pelos “defensores globais”; A4.2 – Assegurar que os projetos Presidência da Irlanda, Grécia e Itália em 2013/2014 serão influenciados por esta Ação; A4.3 – É elaborada uma Iniciativa de Cidadania Europeia baseada nos assuntos tratados nesta ação no 2ºano; A5.1 – Coordenação e Gestão do Projeto; A5.2 – Participar na reunião anual da Comissão Europeia em Bruxelas; A5.3 – Desenvolver um plano de ação de visibilidade e comunicação de acordo com as regras da UE; A5.4 – Organizar e orientar 3 reuniões de parceiros e 9 reuniões de coordenação e planeamento, via webex, com todos os parceiros; A5.5 – Monitorizar e avaliar a implementação de atividades, concretização de resultados e objetivos, e fazer a gestão financeira do Projeto, todos os anos a nível interno, e no final do projeto a nível externo.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA – Uma abordagem para o Desenvolvimento Sustentável no Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED) e pós-2015	Investigação de Boas Práticas; Mapeamento de Iniciativas de ESS; Vídeo Reportagens Workshops Participativos; Formação de Multiplicadores; Eventos Locais; Mostra de filmes; Advocacy; Desenvolvimento de materiais informativos; Tour de Oradores; App de Mapeamento; Website e Redes Sociais;
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Fruta Tropical Justa - Promover as frutas tropicais justas no Ano Europeu para o Desenvolvimento e pós-2015: Mobilizar os cidadãos europeus para agirem em prol de cadeias de fornecimento de fruta tropical mais justas	Formação; Trabalho com Media; Investigação sobre direitos laborais nas plantações de fruta; Campanha informativa usando redes sociais website e infografias; Petições; Conferências e Debates;

▪ **Atividades inseridas noutra tipo de projetos**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Fundação Cidade de Lisboa	Academia CV - Capacitar e valorizar	Eixo 1 - Capacitar e Valorizar para o sucesso escolar: A1 - Criar e capacitar voluntários da Academia CV; A2 - Realizar sessões de apoio escolar e socioeducativo; A3 - Realizar sessões de apoio ao envolvimento parental; Eixo 2 - Capacitar e Valorizar para a cidadania global: A4 - Espaço de reflexão CV ; A5 - Espaço de ação CV. Só o eixo 2 integra ações de ECG.

Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa entre a Plataforma das ONGD e o Camões, IP	Sessão do ciclo de Cinema sobre Direitos e Desenvolvimento: Filme On the Bride's Side
--------------------------------	--	---

▪ **Atividades não inseridas em projetos**

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	CURSOS DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA OS TEMAS DA EA E EDS, COM ÊNFASE NA DIMENSÃO AMBIENTAL, PARA ENTIDADES COM AUTORIDADE PARA FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E OS VALORES NESTAS MATÉRIAS Capacitação de agentes especializados no cumprimento da lei na área do ambiente e da sustentabilidade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ENEA - preparação do documento estratégico sobre educação ambiental com a elaboração e proposta do documento "Caminho para uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental". Considera-se que a dimensão ambiental e a educação para a mesma são indissociáveis de um verdadeiro desenvolvimento e, como tal, da promoção da educação para o desenvolvimento.
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Comemoração de efemérides - Semana da Campanha Global pela Educação (abril) Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 maio), Dia de África (25 maio), Dinamização do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza (17 outubro), Dia Internacional do Voluntariado (5 dezembro), entre outros
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Promoção, na ESE-IPVC, de um ciclo de cinema comentado com o objetivo de envolver toda a comunidade em tertúlias que possibilitem reflexões sobre temas centrais no mundo atual
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (GEED)	Dinamização do blogue e da página de facebook do GEED com atividades ou notícias dentro do âmbito de temáticas da ED